

MATERIAL DE APOIO

RECRIAR A ESCOLA SOB A PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **pág.3**

EXPEDIENTE **pág.7**

01.

ESCOLA, RACISMO
E DEMOCRACIA **pág.8**

“Da política à escola: a história do
antirracismo na educação brasileira” **pág.15**

02.

OS IMPACTOS DO RACISMO
NA SUBJETIVIDADE **pág.18**

03.

O PAPEL DA BRANQUITUDE
NA ESCOLA **pág.28**

04.

A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO
INTERCULTURAL **pág.39**

Ferramenta “Caminhos para recriar a escola” **pág.62**

Questionário “Autorreflexão o para mudar a postura” **pág.62**

05.

CURADORIA DE RECURSOS PARA
RECRIAR A ESCOLA **pág.63**

Checklist de avaliação para recursos pedagógicos **pág.96**

APRESENTAÇÃO

É COM ALEGRIA

QUE APRESENTAMOS *Recriar a escola sob a perspectiva das relações étnico-raciais*, iniciativa do Instituto Alana.

Concebida como material de apoio, esta publicação tem como propósito fornecer subsídios para a formação de educadores, a partir de reflexões e experiências em escolas de educação básica de diferentes níveis de ensino, em diversas regiões do Brasil.

O compromisso em assegurar os direitos de todos, sobretudo das crianças e dos adolescentes negros, se materializa nas experiências pedagógicas compartilhadas aqui. Apesar de diversas, todas mostram que o direito a uma educação integral, inclusiva, democrática e de qualidade passa pelo compromisso com o reconhecimento, a promoção e a valorização dos povos e culturas africanas e

afro-brasileiras, matriz fundamental na constituição da sociedade brasileira.

O racismo gera e perpetua desigualdades sociais, econômicas e educativas. No contexto escolar, efetivar os marcos legais 10.639/03 e 11.645/08 deve ser um compromisso político, pedagógico e ético de todos. Eles tornam obrigatórios, na educação básica, o ensino de história e das culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas, assim como a promoção de uma educação antirracista.

É urgente superar o modelo de escola construído historicamente no ideal de superioridade racial branca, herança colonial de séculos de violência contra povos negros e indígenas, originada no processo de escravidão. Contudo, não se trata aqui de trocar um modelo por outro, mas sim problematizá-lo enquanto norma, padrão, e não priorizá-lo em detrimento dos demais. Trata-se, assim, de construir uma escola multicultural, que crie nexos entre diferentes perspectivas epistemológicas e modos de ser, de estar e de viver no mundo.

Para tanto, ao longo de 2021, o Instituto Alana promoveu duas jornadas formativas intituladas *No chão da escola*. Dos debates e aprendizados desse percurso, da intensa troca com profissionais de diferentes campos, como a pedagogia, a gestão pública, a psicologia e os direitos humanos, surgiu o compromisso em aprofundar a educação para as relações étnico-raciais, por meio de relatos de experiências. Seguindo o princípio formativo de educador para educador, este material de apoio foi construído em parceria com o Porvir, organização sem fins lucrativos e principal plataforma de conteúdos e mobilização sobre inovações educacionais do Brasil. Contamos também com a importante colaboração das consultoras Clélia Rosa e Luciana Alves.

Ao longo de cinco capítulos, vozes de profissionais de referência, pensadores da educação para as relações étnico-raciais, dividem espaço com o protagonismo de educadores que recriam epistemologias no cotidiano por meio de práticas repletas de reflexividade.

O primeiro capítulo, “Escola, racismo e democracia”, introduz o tema com dados sobre a desigualdade racial e a perspectiva histórica das políticas educativas, com a finalidade de reparar os efeitos do racismo estrutural nos sistemas de ensino. Em “Os impactos do racismo na subjetividade”, as educadoras da Escola Comunitária Luiza Mahin demonstram que implementar práticas pedagógicas antirracistas passa pelo reconhecimento e valorização de pessoas negras da comunidade e da história. Já em “O papel da branquitude na escola”, uma professora do ensino médio chama à responsabilidade todas as pessoas brancas, tal como ela, para combater o racismo na escola e na sociedade. “A construção de um currículo intercultural” foi o desafio mobilizador do quarto capítulo. Na cidade do Rio de Janeiro, a Escola Municipal Bernardo de Vasconcelos inspira a olhar a educação para as relações étnico-raciais além da sala de aula, ocupando o território com muito engajamento da comunidade do entorno. O trabalho com comunidades tradicionais também ganha destaque nesse capítulo que, por meio da experiência de uma escola quilombola urbana na Paraíba, indica que os saberes tradicionais devem ser difundidos de maneira contextualizada, buscando também estabelecer diálogos com outros conhecimentos e comunidades.

O material ainda convoca para outros tipos de leitura: além de um infográfico sobre a história do antirracismo nas políticas educacionais, foram criadas ferramentas de avaliação diagnóstica do currículo e dos recursos pedagógicos para comunidades escolares. Encerramos com o quinto capítulo, que traz uma curadoria plural repleta de materiais

voltados à ampliação de repertório e à continuidade do processo formativo dos educadores.

Esperamos que este material estimule mais do que boas reflexões. Sobretudo, aspiramos que estes escritos sejam alavancas para um movimento sistêmico de novas transformações nas relações educativas, reunindo estudantes, educadores e comunidades escolares na direção da justiça social. Justiça essa que, na escola, começa com justiça curricular.

Contamos com você para isso.

Boa leitura!

RAQUEL FRANZIM
**Diretora de Educação e Cultura
da Infância do Alana**

ANA CLAUDIA DE ARRUDA LEITE
**Consultora de Educação e Cultura
da Infância do Alana**



ALANA

Presidente

Ana Lucia de Mattos Barretto Villela

Vice-Presidente

Marcos Nisti

CEO

Marcos Nisti

INSTITUTO ALANA

Presidente

Ana Lucia de Mattos

Barretto Villela

Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Marcos Nisti

Diretora-Executiva

Isabella Henriques

Diretora-Executiva de Operações

Marisa Ohashi

Tesoureiro

Daniel Costa

Diretor Administrativo-Financeiro

Carlos Vieira Júnior

Diretor de Políticas e Direitos das Crianças

Pedro Hartung

Diretora de Educação e Cultura da Infância

Raquel Franzim

Diretora de Pessoas e Cultura

Renata Lirio



EXPEDIENTE

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA INFÂNCIA

Diretora: Raquel Franzim

Ana Cláudia de Arruda Leite

Beatriz Soares Benedito

Diana Silva

RECRIAR A ESCOLA SOB A PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Coordenação: Ana Cláudia de Arruda Leite
e Raquel Franzim

Consultoria: Clélia Rosa e Luciana Alves

Produção de conteúdo Porvir: Tatiana
Klix (edição e ferramentas), Regiany Silva
(infográfico e ferramentas), Ruam Oliveira
(textos e ferramentas) e Lucas Veloso
(textos)

Projeto gráfico: Helaine Gonçalves

Revisão, preparação e acessibilidade:

Ana Luisa D'Maschio e Fábio Fujita (Porvir)

Metatexto: Regina Cury

Comunicação: Alice Gonçalves, Belisa
Rotondi e Marisa Vill

Fotos: Shutterstock

Recursos de acessibilidade: Fernanda
Peixoto, Helaine Gonçalves e William Luz

01.

ESCOLA, RACISMO E DEMOCRACIA



UM CALDEIRÃO DE

POVOS DIFERENTES. É comum descrevermos o Brasil como um país diverso e miscigenado, no qual diferentes grupos raciais convivem de forma harmoniosa, sem se sentir discriminados, como em uma democracia racial. Mas basta observarmos com atenção a realidade da população para perceber que essa ideia é um mito: 56% das pessoas que vivem no país são negras; entre os 10% mais pobres, os pretos e pardos somam 77%; já entre os mais ricos, são apenas 27,2%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os negros são maioria no sistema carcerário, onde representam 61,7% dos detentos, aponta o *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen)*.

Essa condição desigual é resultado do processo de construção do país, marcado pela violência contra as populações negras e indígenas, que tiveram suas histórias e culturas apagadas e foram postas em posição de inferioridade.

“Todas as pesquisas macro feitas em nosso país têm mostrado, revelado e confirmado aquilo que o movimento negro sempre denunciou: que o racismo sempre existiu, que está presente nas estruturas, orientando não só as relações sociais, como também as relações políticas, econômicas,

educacionais”, aponta a pedagoga, mestre em educação e doutora em antropologia social, Nilma Lino Gomes.

A escola, como uma organização inserida nessa estrutura, também é impactada pelo racismo: reproduz desigualdades étnico-raciais em seu dia a dia e acaba promovendo o desequilíbrio educacional. Dentro dela, estão presentes mais professores brancos do que negros. Já crianças e adolescentes negros frequentam a sala de aula por menos tempo que os brancos e aprendem menos. Os negros também são mais numerosos nas escolas públicas que, em geral, têm menos infraestrutura que as escolas privadas e apresentam índices de aprendizagem inferiores.



42% DOS PROFESSORES que declararam sua cor no censo educacional de 2017 **SÃO BRANCOS** e **29,2% SÃO PRETOS E PARDOS.**

NEGROS PERMANECEM, EM MÉDIA, 8,6 ANOS NA ESCOLA, enquanto **BRANCOS FICAM 10,4 ANOS,** segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

Ao final do ensino médio,
46,9% DOS ESTUDANTES NEGROS NÃO APRENDERAM O MÍNIMO ESPERADO DE MATEMÁTICA para essa etapa, segundo dados de 2017 do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).
ENTRE OS BRANCOS, O PERCENTUAL É DE 35,8%.

A cada 10 alunos de
ESCOLAS PÚBLICAS, 6 SÃO NEGROS.
No **ENSINO PRIVADO**, a cada 10 alunos,
6 SÃO BRANCOS.

Promover uma educação antirracista, portanto, é um caminho não apenas para reconstruir a escola, mas para melhorar a vida de todos. Levando em consideração que a escola representa um microcosmo social e é composta por atores que têm e terão impacto e poder de mudança no mundo, é essencial que crianças e adolescentes se sintam seguros, respeitados e valorizados em suas diversidades. Uma educação para as relações étnico-raciais deve enfrentar as desigualdades e combater as violências sofridas pela população afro-brasileira e por todas as pessoas que são parte de grupos que sofrem processos de opressão, exclusão e marginalização, como indígenas, mulheres e integrantes da comunidade LGBTQI+.

“Sem democracia não há igualdade racial, e sem igualdade racial não há democracia”, defende Nilma, que também foi ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Para ela, a relação entre ambas é o que pode produzir avanços significativos na sociedade.

Uma primeira etapa da conversa sobre educação para relações étnico-raciais passa pela compreensão das estruturas do racismo nas quais o país foi fundamentado. A professora Nilma explica que o racismo é um fenômeno complexo, com múltiplas dimensões.

Uma delas diz respeito ao que Nilma classifica de “pseudoteorias”, construídas ao longo do tempo, e que alicerçaram governos autoritários, nazistas e fascistas. Tais entendimentos tomam por base uma suposta dicotomia de superioridade e inferioridade racial, o que não encontra respaldo na realidade ou em pesquisas. Do ponto de vista

genético, não existem diferenças que justifiquem a classificação da sociedade em raças. Antes de os europeus criarem o conceito de raça levando em conta traços físicos, como a cor da pele, os povos tradicionais, como os africanos, os ameríndios, os aborígenes, entre outros, se dividiam em grupos étnicos baseados em diferenças culturais e não biológicas. Uma segunda dimensão do racismo é que ele é um sistema de opressão de um grupo étnico sobre outros, alimentado por relações de poder.

A percepção de que o racismo tem apenas uma dimensão individual, subjetiva ou pessoal impede, muitas vezes, que educadores vejam o problema em sua totalidade. O racismo tem um lastro histórico que estrutura a sociedade e embasa a construção de padrões culturais. As dimensões estrutural e simbólica constituem o pano de fundo institucional em que as manifestações individuais se assentam. Portanto, o racismo extrapola a dimensão individual: é um problema de todos.

A pandemia do coronavírus, por exemplo, impactou profundamente todo o mundo e a vida dos brasileiros a partir de março de 2020. Contudo, seus efeitos foram mais dramáticos para a população negra. Durante o período de isolamento social, estudantes pretos e pardos tiveram mais dificuldades para aprender.

39% DOS JOVENS NEGROS DE 15 A 17 ANOS que cursam o ensino médio têm computador com **ACESSO À INTERNET EM CASA**, segundo a pesquisa TIC Kids Online 2019.



Para tornar a escola um terreno fértil de desconstrução do racismo, alguns caminhos já foram traçados, como a

Lei nº 10.639, de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e inclui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras no currículo das redes de ensino. Sua criação foi muito importante para institucionalizar a perspectiva antirracista nos currículos mas, sozinha, ela não é capaz de transformar a educação.

“As leis que tratam das relações étnico-raciais buscam corrigir distorções e garantir igualdade de reconhecimento, de oportunidades, mas as pessoas que implementam as leis nem sempre têm esse [mesmo] projeto de sociedade”, afirma Petronilha Beatriz Gonçalves, professora emérita da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Ela diz que em qualquer nível, da educação infantil ao pós-doutorado, prioriza-se um projeto de sociedade. “É uma construção que se faz no dia a dia, na relação com as pessoas. A educação escolar, assim como a familiar, tem de ensinar e favorecer que analisemos quem nós somos, como nos colocamos na sociedade e como nos relacionamos com as outras pessoas. Ela tem de nos fazer responder que projeto de sociedade queremos”, opina.

Ao longo de seus quase 20 anos de existência, a lei que incluiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no currículo influenciou alguns avanços, como iniciativas do Ministério da Educação (MEC) e outros sistemas de ensino para a formação de professores, e o aumento de pesquisas sobre as relações étnico-raciais no Brasil. Em publicação feita no **portal Geledés**, Nilma Lino Gomes destaca ainda outras conquistas, como uma maior visibilidade da produção de intelectuais negros sobre as relações raciais e a ampliação da consciência dos educadores sobre a questão étnico-racial dizer respeito a toda sociedade brasileira, e não somente aos negros, por exemplo.

Segundo Nilma, muitos educadores ainda não reconhecem essa legislação como parte da LDB. “As escolas e profissionais da educação não questionam aqueles avanços na LDB que dizem respeito a uma maior democratização da educação, do ensino, à qualidade da educação. As pessoas são unânimes ao apontar avanços da LDB, mas a alteração dela com a 10.639 ainda não é considerada um avanço por muitas pessoas, profissionais da educação, gestores e gestoras educacionais. Então, esse não-lugar que essa legislação ocupa no âmbito do nosso sistema educacional provoca, ou contribui, para uma não implementação daquilo que ela deveria implementar”, afirma.

Outro ponto que dificulta a implementação das leis, de acordo com Nilma, é distância entre a educação e os movimentos sociais, em especial os movimentos negros, que são vistos pela comunidade escolar com desconfiança ou resistência. A pedagoga conta que movimentos negros procuram, desde o século XX, garantir o direito à educação para toda a população, em especial a negra, que foi excluída das escolas e universidades por muito tempo.

“Se a LDB foi alterada é porque nós temos um ator político que é como um farol na nossa sociedade, o movimento negro, que irradia luz e mostra para a sociedade brasileira onde estão pontos nevrálgicos do racismo em nossa sociedade, e a educação é um deles”, ressalta. Além disso, há o próprio racismo em si, preso na estrutura social, que dificulta a implementação efetiva das leis.

Um dos caminhos possíveis para recriar a escola é o diálogo, construído a partir do reconhecimento e do respeito às diferenças, sem estabelecer relações de imposição ou minimizar os conflitos. Esse percurso deve ser realizado por meio de ações intencionais, que extrapolem o campo das relações e foquem na construção da justiça social,

o que, na educação, se traduz em acesso, permanência e aprendizagem para todos os estudantes.

“Quando falamos em educação antirracista, estamos lidando com relações de poder. Por isso, a intencionalidade de uma educação antirracista deve ser, também, saber lidar com os conflitos para construir caminhos e respostas justas que não discriminem ninguém nas suas diferenças. E que possibilitem a construção de subjetividades mais democráticas”, resume Nilma.



DA POLÍTICA À ESCOLA: a história do antirracismo na educação brasileira

“ Sem democracia não há igualdade racial, e sem igualdade racial não há democracia” ■

Nilma Lino Gomes

“ Avançar numa educação antirracista pressupõe uma disputa de concepção das relações de poder na sociedade brasileira” ■

Macaé Evaristo

O AVANÇO NAS LEIS EDUCACIONAIS

1996

LEI Nº 9.394/96

LDB garante direito à educação básica e valoriza diversidades

2003

LEI Nº 10.639

Torna obrigatório o ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras, e inclui o Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar

2008

LEI Nº 11.645

Torna obrigatório o ensino de história e cultura indígena

2012

LEI Nº 12.711

Institui cotas sociais e raciais em universidades

2014

LEI Nº 13.005

PNE se compromete com a superação das desigualdades e o respeito à diversidade

**AS LUTAS
SOCIAIS
TRANSFORMAM
A ESCOLA**

1988

Constituição

1989

Lei caó - crime de racismo

1995

Marcha Zumbi dos Palmares

2001

Brasil signatário da Conferência de Durban contra o racismo, preconceito e xenofobia

2010

Estatuto da Igualdade Racial

2015

Marcha das mulheres negras



**A ESCOLA
TRANSFORMA A
SOCIEDADE**

- Revisão de **materiais didáticos**
- Maior frequência do tema na **formação de professores**
- Maior presença de **negros nas universidades**
- **Novas pesquisas** para o campo das relações étnico-raciais
- **Ampliação das discussões** sobre racismo na sociedade

AS MUDANÇAS NA ESCOLA E NA SOCIEDADE

Diversidade na BNCC

Competências gerais preveem atitudes e valores inclusivos.

COMPETÊNCIA 3

Valorizar as diversas manifestações artísticas e culturais

COMPETÊNCIA 8

Conhecer-se e compreender-se na diversidade

COMPETÊNCIA 9

Promover o respeito ao outro, com valorização da diversidade

COMPETÊNCIA 10

Tomar decisões com base em princípios democráticos e inclusivos

LEI 10.639: um novo currículo

História e cultura negras devem estar presentes em todas as disciplinas.

PRINCÍPIOS

- Consciência política e histórica
- Desconstrução de preconceitos
- Ruptura da imagem negativa
- Valorização da história do povo negro

CAMINHOS

- Ensinar a história e a cultura do povo negro
- Mudar mentalidades
- Conectar ensino com experiências de vida
- Trazer perspectiva positiva da negritude

02.

OS IMPACTOS DO RACISMO NA SUBJETIVIDADE



ESCOLA CRIADA POR MULHERES VALORIZA RAÍZES AFRO-BRASILEIRAS PARA FORTALECER IDENTIDADES NEGRAS

Escola Comunitária Luiza Mahin

Localização: Salvador (BA)

Tipo de instituição: comunitária (instituição privada, sem fins lucrativos), urbana

Etapa de ensino: educação infantil e primeiro ano do ensino fundamental 1

Número de alunos: 264

Ano de fundação: 1990

Perfil do território: bairro localizado na periferia da cidade, em área aterrada, com carência de infraestrutura e altos índices de vulnerabilidade

Resumo:

- Fundada por associação de moradores para trabalhar com três pilares: identidade, pertencimento e gênero.
- Com 31 anos de história, é uma escola comunitária que usa a pedagogia de projetos e tem como pilar a educação para relações étnico-raciais durante todo o ano letivo.
- A comunidade é mobilizada para discussões antirracistas por meio de eventos culturais, oficinas e formações para desmistificar preconceitos.

PARA SE INSPIRAR



Relato da experiência

Uma lição que nenhum estudante da **Escola Comunitária Luiza Mahin** deixa de fazer é a construção de sua própria árvore genealógica. O exercício faz parte de um conjunto de práticas com temas étnico-raciais realizadas pela escola, que fica no bairro do Uruguai, na periferia de Salvador (BA), para que as crianças reconheçam sua identidade desde pequenas e se fortaleçam para enfrentar o racismo.

Pesquisar e lembrar seus antepassados é uma das atividades promovidas para apoiar o desenvolvimento da identidade das crianças na escola comunitária, criada em 1990 pela Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, em Alagados, na Península de Itapagipe, uma região com cerca de 180 mil habitantes a oito quilômetros do centro de Salvador.

A iniciativa foi liderada por um grupo de mulheres que chegou a morar em palafitas e participou das lutas por moradia. Elas também não se conformavam com a falta de vagas em escolas para as crianças na região.

No início, ocuparam salas improvisadas na sede da associação e mobilizaram as famílias para fazer adaptações e melhorias no prédio. E puseram a mão na massa para ampliar a sede, motivo pelo qual ficaram conhecidas como “As mulheres da laje”. A Luiza Mahin foi mantida nos dois primeiros anos com recursos da associação. Atualmente, também recebe doações de ONGs e mantém um convênio com a Secretaria Municipal da Educação de Salvador. Por conta disso, famílias que contribuem para a Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia não precisam pagar mensalidade para os filhos estudarem na escola.

Uma das coordenadoras, Jandaíra Bomfim, conta que a Luiza Mahin foi fundada com a perspectiva de trabalhar com três pilares: identidade, pertencimento e gênero. O propósito fica evidente quando se procura a história da personagem que dá nome à escola: Luiza Mahin, mãe do poeta, advogado e abolicionista Luiz Gama, um dos principais personagens do movimento negro brasileiro.

Luiza foi uma das líderes da Revolta dos Malês (1835), considerada a maior mobilização de escravizados em solo brasileiro, e participou de outras ações similares em Salvador naquele período. No movimento feminista negro, Luiza ainda é exaltada por sua contribuição à emancipação da mulher no país.

A escola usa a pedagogia de projetos e aborda temas étnico-raciais que fazem sentido para as crianças e valorizam suas raízes. Em Salvador, 82,1% da população é negra, segundo a PNAD Contínua de 2017, do IBGE. Durante todo o ano letivo, são realizadas atividades para os estudantes refletirem sobre como as pessoas são diferentes e como a diversidade influencia suas vidas. Questões políticas e sociais, como o racismo, também são discutidas com a comunidade.

“Procuramos referenciar personalidades que são pouco evidenciadas nas nossas literaturas e nos livros de história, como Luiza Mahin, Aqualtune, Dandara, Anastácia, Clementina de Jesus, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo”, completa Ilmara Silva Santos, uma das professoras. As educadoras também trabalham livros infantis que trazem o negro como protagonista, para que as crianças se sintam representadas por meio da história das tranças, das roupas e das cores de origens africanas e afro-brasileiras. “Percebemos que, a partir dos projetos trabalhados, os educandos passam a aceitar sua cor da pele e seu cabelo, assim como vemos a autoestima deles crescer”, conta a coordenadora Jandaíra.

Para realizar esse trabalho ao longo de 31 anos de história, a escola precisou resistir a críticas baseadas em crenças de famílias que reproduzem preconceitos “arraigados” e relacionam o legado cultural africano a valores negativos. A coordenadora Valmira Ribeiro dos Santos lembra que alguns pais e responsáveis, por exemplo, não queriam deixar as crianças cantarem o trecho do hino da escola que diz “novos erês chegando”, pois interpretavam a palavra “erê” de forma equivocada, com conexões a coisas ruins e negativas, quando na verdade o termo se refere a divindades infantis iluminadas das religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda.

Para desfazer preconceitos contra religiões de matriz africana ou pessoas negras, muitas vezes consideradas preguiçosas e até criminosas, a escola promove diálogos e formações para as crianças e a comunidade.

Outra característica marcante na instituição é o trabalho coletivo. “Todos os funcionários fazem parte da rede de apoio pedagógico, desde o porteiro até quem trabalha na cozinha”, diz Jandaíra.

Com o objetivo de incluírem no currículo referências locais, as educadoras estimulam que a comunidade esteja presente no dia a dia da escola, e realizam ações para valorizar o território onde as crianças vivem. Em colaboração com outras organizações da sociedade civil atuantes no bairro, são promovidos oficinas e eventos artísticos e culturais diversos.

Segundo Valmira, essas práticas impactam não só as crianças no ambiente escolar, mas todo o entorno. “Percebemos que, quando fazemos atividades, toda a comunidade se mobiliza, já que o prédio da escola fica dentro da Associação dos Moradores do Conjunto Santa Luzia, que está sempre aberta à participação popular”, conta a coordenadora.

Valmira relata: até as crianças e adolescentes que já avançaram na trajetória escolar continuam a colaborar com os projetos. “Eles retornam como colaboradores, se engajam em atividades de militância na comunidade, e os que saem daqui aproveitam as oportunidades para representar a nossa escola”, completa.

Além do respeito da comunidade escolar e dos moradores do bairro do Uruguai, a Luiza Mahin também se tornou referência para outras escolas e educadores que desejam promover uma educação antirracista. Em 2015, foi reconhecida como uma das Escolas Transformadoras, iniciativa global da ONG Ashoka, correalizada no Brasil pelo Instituto Alana, que reconhece e conecta escolas de todo o país que estão construindo novos caminhos para uma educação transformadora.

Na opinião da professora Miranisa Conceição Matias Santos, uma das estratégias da Luiza Mahin que pode ser útil para escolas e educadores no trabalho de conscientização antirracista é estimular o reconhecimento das questões que geram o racismo e criam ambientes hostis à população negra, inclusive aos mais novos. “A escola reflete a sociedade e, por isso, na nossa opinião, é importante que as escolas e seus educadores participem de formações, para que cada um possa se despir de seus preconceitos e ressignificar as suas práticas”, afirma.

Já a professora Luciana Trindade dos Santos diz que é importante levar a discussão em conta durante todo o ano letivo, e não somente em um período específico. “É preciso entender que esse processo não é pontual do 20 de novembro [Dia Nacional da Consciência Negra], mas é contínuo desde quando a criança acessa a instituição”.

PARA REFLETIR



O que aprendemos com as experiências

Construção da identidade negra no projeto político-pedagógico

Desde pequenas, crianças negras são submetidas a processos de violência, exclusão e preconceito que influenciam a formação de suas identidades. São experiências e vivências cotidianas, envolvendo a família e a escola, que marcam a trajetória dessas pessoas pela vida inteira.

Segundo a psicóloga e psicoterapeuta Maria Lúcia da Silva, especialista em trabalhos com recortes de gênero e raça, a imagem que as pessoas têm de si e dos outros interfere na construção de suas identidades. “Essas imagens se manifestam por meio de atitudes, brincadeiras, chaco-tas, desrespeitos e humilhações”, diz. “As ações que praticamos no cotidiano estão mediadas por fatores subjetivos que, na maioria das vezes, desconhecemos”, completa.

Por conta disso, especialistas reforçam a importância de pensar a escola e as relações que ocorrem em seu espaço como formadoras de identidades negras mais saudáveis. A Escola Comunitária Luiza Mahin valoriza a história e a cultura afro-brasileira garantindo que a construção da identidade dos estudantes norteie o projeto político-pedagógico. Esse trabalho acontece por meio de práticas intencionais que enaltecem as origens das crianças e as preparam para lidar com o racismo, como a construção da árvore genealógica, além, é claro, do alinhamento da equipe com a proposta. Quando todos os profissionais assumem o papel de educadores, as relações que se estabelecem nesse espaço também contribuem para fortalecer a identidade das crianças.

Consciência sobre o racismo

No livro *Os efeitos psicossociais do racismo*, Maria Lúcia da Silva defende que é preciso compreender a dimensão subjetiva do racismo. “É necessário saber que as relações entre brancos e negros estão permeadas por representações que precisam sair do plano latente e vir para o plano da consciência”, explica.

Em muitas escolas, a própria resistência em admitir que o racismo faz parte da sociedade brasileira de forma estrutural é uma das violências sofridas pelos alunos. É recorrente, em algumas instituições, a adoção de um tratamento mais rígido e de punições mais severas para estudantes negros em relação a brancos, diante dos mesmos comportamentos. Respostas inadequadas em situações nas quais crianças pretas sofrem racismo, como “foi só uma brincadeira” ou “xinga ele também” não têm espaço em uma escola que se reconhece como parte de um sistema racista que deva ser desconstruído.

Representatividade e pertencimento

Entre as violências simbólicas sofridas por estudantes negros no ambiente escolar, estão a ausência de nomes e figuras negras nos livros e materiais educativos e lúdicos, e a supervalorização da estética e das características físicas de brancos, como a pele e os olhos claros e os cabelos lisos.

A promoção do sentimento de pertencimento, que na Luiza Mahin começou com a escolha do nome da instituição, é um caminho contrário à exclusão vivenciada por muitas crianças negras em suas escolas. Com esse objetivo, as salas de aula também são batizadas com nomes de heroínas negras ou princesas africanas.

Outra prática bem-sucedida para as crianças desconstruírem padrões racistas é a dinâmica do espelho, na qual os alunos devem olhar suas imagens refletidas e dizer o que estão enxergando. Muitas vezes, eles têm dificuldade em falar que a sua pele é escura e o cabelo crespo, mas os educadores os ajudam a valorizar essas características, fortalecendo a autoestima e ampliando as percepções sobre a diversidade. Dessa forma, o modelo único de beleza e cultura é posto em xeque.

PARA NÃO ESQUECER



Principais práticas

- Reconhecimento de pessoas negras importantes na história do país
- Construção da árvore genealógica pelos estudantes
- Integração de todos os funcionários no trabalho pedagógico
- Processo contínuo de aprendizagem sobre questões raciais
- Diálogo permanente sobre práticas racistas no ambiente escolar
- Apoio da comunidade e envolvimento de outros atores sociais em atividades na escola
- Participação de ex-alunos em atividades propostas pelos educadores

PARA COMEMORAR



Resultados percebidos pela escola

- Melhora na autoestima, no protagonismo e no fortalecimento da identidade e do pertencimento dos estudantes
- Reconhecimento, pela comunidade, da contribuição das mulheres negras na luta pelo direito à educação
- Ter se tornado referência de trabalho pedagógico para outras escolas e educadores, por meio do reconhecimento de iniciativas como o Mapa da Inovação e Criatividade do MEC (2015), Escolas Transformadoras, de Ashoka/Alana (2015), o Movimento de Inovação na Educação (2019) e Escolas2030 (2020)



03.

O PAPEL DA BRANQUITUDE NA ESCOLA



PROFESSORA COMBATE

O RACISMO COM

PROJETO SOBRE

IMIGRAÇÃO

Escola Estadual de Educação Básica Dr. Jorge Lacerda

Localização: Joinville (SC)

Tipo de instituição: pública estadual, urbana

Etapa de ensino: ensino médio

Número de alunos: 719

Ano de fundação: 1979

Perfil do território e do público: bairro tradicional de uma cidade, cuja maioria da população se declara branca e com descendência europeia

Resumo:

- Preconceito contra haitianos mobiliza educadora a trabalhar o tema da imigração com estudantes do ensino médio em Joinville (SC).
- Pesquisas sobre a história do Haiti integradas a rodas de conversas desenvolvem empatia na Escola Dr. Jorge Lacerda.
- Projeto antirracista é apoiado por ações conectadas com situações do cotidiano e demandas dos estudantes.

PARA SE INSPIRAR



Relato da experiência

“Eles são estranhos” e “Minha mãe disse para ficar longe deles”. Essas foram algumas respostas que a professora de história Angela Maria Vieira ouviu quando questionou os alunos do segundo ano do ensino médio, em 2018, sobre o que eles pensavam dos imigrantes haitianos que começavam a chegar à cidade de Joinville, em Santa Catarina. Diante das opiniões dos alunos, a professora se viu no dever de combater o discurso racista nas salas de aula da Escola Estadual de Educação Básica Dr. Jorge Lacerda.

O caminho escolhido para estimular a reflexão sobre diferenças e incluir estudantes de origem haitiana que estavam ingressando na escola de ensino médio foi o projeto “Imigração, Inclusão e Cidadania”. A iniciativa visa questionar a percepção presente na cidade de que existe uma hegemonia europeia na origem da população local e provocar os estudantes a refletirem sobre o racismo e a xenofobia.

Angela conta que a colonização majoritariamente branca impediu, por séculos, a discussão das questões raciais em Joinville. “Santa Catarina é representada no cenário nacional como um estado de colonização europeia, sobretudo alemã. Festas como a Oktoberfest, em Blumenau, e a Festa da Flores, em Joinville, referendam essa pretensa hegemonia com fins comerciais”, diz.

A cidade onde Angela leciona é a mais industrializada do estado e, por isso, historicamente recebe pessoas de todos os lugares do Brasil e de outros países, tendo uma diversidade racial e cultural muito mais expressiva do que aparenta. Mesmo assim, parte da população e da imprensa não tem esse entendimento multicultural, segundo ela.

Para Angela, apresentar aos jovens a diversidade presente na cidade é uma forma de **ATENUAR A PREDOMINÂNCIA DA CULTURA EUROPEIA.**

“ Aqui como em todo o Brasil, muitas pessoas **NÃO CONSEGUEM RECONHECER OS PRIVILÉGIOS DA BRANQUITUDE**”, afirma.

“ Ainda querem preservar uma **ESPÉCIE DE ‘PUREZA’ CULTURAL**, centrada no mito do fundador europeu”, diz.

O último Censo, de 2010, indicou que, dos 515 mil moradores da cidade, 85% se declaram brancos, 11% pardos e apenas 2% pretos. Uma estimativa mais recente do IBGE, feita em 2018, mostrou que, dos 580 mil habitantes, 4 mil, o que representa 0,68% da população, são imigrantes haitianos.

Nesse contexto, o racismo sempre esteve muito presente, em especial até os anos 1960. Um exemplo do tratamento dispensado aos negros é a divisão estabelecida por uma corda dentro dos clubes de dança, demarcando o espaço reservado para brancos e pretos, conforme retrata a professora Jeruse Romão em sua pesquisa sobre clubes negros. No passado, relata a pesquisadora, os negros não podiam sequer procurar os clubes de brancos para fazer uma festa de casamento.

O ponto de partida da iniciativa na escola Dr. Jorge Lacerda foi uma parceria com o Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville. A instituição desenvolve o

projeto “Percurso”, uma caminhada de dois quilômetros que vai do museu até o Cemitério dos Imigrantes, passando por espaços significativos para a memória da cidade. Angela levou seus estudantes, incluindo alguns haitianos, para participar da atividade e, ao longo do trajeto, uma das alunas vindas do Haiti contou que a primeira vez que sofreu preconceito racial foi no Brasil.

Outro conteúdo trabalhado com os jovens foi a história do Haiti, país marcado pela luta contra o colonialismo francês. A professora diz que nomes como Toussaint L’Ouverture e Jean-Jacques Dessalines, ex-escravizados que lideraram movimentos de resistência que culminaram na independência do país em 1804, passaram a ser conhecidos pelos estudantes. Após pesquisarem sobre esses fatos, os alunos produziram ilustrações no estilo naïf, muito popular no país caribenho, retratando episódios marcantes de sua história.

Angela também entregou aos alunos uma ficha com perguntas para que pesquisassem, com familiares, a origem dos seus antepassados. Com os resultados obtidos, construiu uma tabela que demonstra como a maioria da população da cidade é composta por imigrantes: alemães, portugueses, italianos e franceses, entre outras nacionalidades europeias. Também houve um debate sobre os imigrantes atuais, em sua maioria venezuelanos e haitianos. Segundo Angela, esse exercício criou uma identificação entre os jovens com os imigrantes haitianos.

Para complementar o trabalho, leu e debateu com os alunos a Nova Lei de Imigração, de 2017, que substituiu o Estatuto do Imigrante. A legislação prevê ações de prevenção contra a xenofobia e o racismo, repudia a criminalização da imigração e concede ao imigrante o direito à inclusão social e laboral.

“ Trabalhamos vários **CONCEITOS RELACIONADOS À IMIGRAÇÃO, EMIGRAÇÃO, VISTO HUMANITÁRIO.**

Fizemos rodas de conversa com os estudantes haitianos e representantes da sociedade civil, como o presidente da Associação dos Haitianos em Joinville”, lembra.

Os alunos também produziram infográficos para explicar os conceitos e as diferenças entre migrantes, imigrantes, emigrantes, apátridas, refugiados, asilados políticos, possuidores de visto humanitário e expatriados.

Depois de todas essas atividades, ainda prepararam uma campanha com posts para as redes sociais e panfletos abordando a presença dos haitianos na cidade, a fim de combater preconceitos.

Para continuarem o trabalho durante a pandemia, em 2020, a professora e os alunos criaram uma revista virtual chamada Talentos. Durante as aulas remotas, os jovens redigiram e publicaram entrevistas fictícias com mulheres negras que tiveram trajetórias relevantes, como a jornalista e política Antonieta de Barros, a escritora Carolina Maria de Jesus e a cientista Jaqueline Goes de Jesus.

Na avaliação da professora Angela, os estudantes que participaram dos projetos conseguiram compreender as raízes do racismo estrutural e hoje debatem o tema com propriedade, além de terem desenvolvido empatia pelo povo haitiano e pela cultura negra em geral. Foram 200 estudantes impactados diretamente, mas houve um envolvimento de toda a unidade escolar nas exposições, rodas de conversa, e distribuição dos panfletos e da revista digital.

Como leciona somente no ensino médio, ela conta que tem dificuldade para conseguir um retorno das famílias mas, no projeto sobre imigração haitiana, organizou uma exposição dos trabalhos. “Os pais presentes gostaram e compreenderam a proposta”, atesta. Para a revista Talentos, alguns familiares foram entrevistados e, segundo Angela, demonstraram surpresa ao saber da história de mulheres negras que não conheciam.

Para complementar o trabalho antirracista, a educadora também fica muito atenta ao tema no cotidiano da escola e de seus estudantes, que acabam recorrendo a ela para discutir o assunto. Uma aluna branca a procurou, por exemplo, depois de ter sido repreendida e acusada de “apropriação cultural” por uma colega que havia visto uma foto sua com tranças em uma rede social. Angela aproveitou o caso e mostrou, na aula de história, um vídeo da escritora e filósofa Djamila Ribeiro sobre apropriação cultural. Ela lembra como apresentou o **vídeo** aos estudantes: “Djamila é uma mulher negra falando de racismo. É muito importante essa representatividade que eu, como mulher branca, não tenho para tratar desse assunto”. E completa: “Usei a expressão ‘lugar de fala’, cunhada pela própria Djamila, para explicar sobre o papel social de quem está falando sobre racismo. Estabeleceu-se um debate muito produtivo”.

Depois de ter realizado várias iniciativas de cunho antirracista, Angela defende que os professores brancos se envolvam nessa jornada mas, para isso,
NÃO BASTA SÓ TER VONTADE.

“**É PRECISO SE INSTRUMENTALIZAR,** estudar”, indica.

“ **HOJE EXISTE BASTANTE MATERIAL DISPONÍVEL.**

As secretarias de Educação devem oferecer cursos de formação, os cursos de graduação **PRECISAM ATUALIZAR OS SEUS CURRÍCULOS**”, complementa.

Infelizmente, ela diz que ainda vê “muita resistência” por parte dos docentes em geral para discutir sobre os privilégios da branquitude. “A escola pública tem papel fundamental, tanto por força das Leis nº 10.639 e 11.645, quanto pelo fato de receber a maior parcela de crianças e jovens negros da sociedade”, pontua. “Valorizar a história e a cultura do povo negro e indígena é muito importante, pois não podemos falar em justiça social e equidade enquanto perdurar essa chaga que é o racismo”, diz a professora.

PARA REFLETIR



O que aprendemos com as experiências

Desconstruir a branquitude é necessário

O entendimento de que a responsabilidade por combater o racismo deve ser de todos e de que os brancos têm um papel importante no debate racial vem crescendo nos últimos anos, tanto nos meios acadêmicos quanto na sociedade. Um exemplo disso pode ser percebido no aumento de 150% nos registros de buscas pelo termo branquitude, em 2020, após as mortes violentas de dois homens pretos — George Floyd nos Estados Unidos, e João Alberto Silveira Freitas, no Brasil — serem noticiadas como atos de racismo.

Na escola não é diferente: urge que os brancos participem da construção de uma educação antirracista. Para isso, reconhecer privilégios associados à cor de pele e entender o significado de branquitude é essencial para os educadores implementarem práticas antirracistas.

Segundo definição da socióloga britânica Ruth Frankenberg, a branquitude é como “um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável no qual é possível atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo”. Para Luciana Alves, pró-reitora adjunta de assuntos estudantis na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), ainda é ensinado nas escolas que ser branco é ser superior — mais inteligente, mais bonito, mais trabalhador —, com base em uma noção de raça criada pelos europeus no século XIX, para associar valores à cor de pele e a outros traços físicos. “Portanto, nosso papel, enquanto educadores, deve ser o de desconstruir a branquitude”, defende.

A professora Angela faz sua parte ao questionar a hegemonia europeia na origem da população de Joinville e valorizar a história de outros imigrantes.

Já a pesquisadora, escritora e cofundadora da AfroeducAÇÃO, Paola Prandini, alerta para outra postura que educadores devem adotar para que essa desconstrução aconteça: o autoquestionamento sobre as expectativas que têm em relação a pessoas negras, se são as mesmas que têm para com as pessoas brancas. Muitas vezes, educadores já esperam que alunos negros tenham notas mais baixas ou acreditam que eles precisam ser mais repreendidos, por exemplo. “Observamos, nas escolas, professores classificando a pessoa negra como a mais difícil de lidar por conta do comportamento”, diz. Esse tipo de atitude é motivado por uma visão arraigada e estereotipada que muitas pessoas ainda têm sobre negros, mas que deve ser cotidianamente questionada.

Reconhecimento e combate a privilégios

Para a superação do racismo dentro das escolas, gestores educacionais e educadores brancos, que são maioria, precisam reconhecer seus privilégios raciais e implementar ações — individualmente e por meio de abordagens coletivas — para enfrentar o racismo.

Paola, da AfroeducAÇÃO, diz que um dos caminhos na busca por melhores escolas é estabelecer práticas e teorias críticas em relação à branquitude, sobretudo no corpo docente. “Todos as diretrizes e legislações estabelecem políticas que convergem para uma educação antirracista, mas observamos que a prática não necessariamente está de acordo com a teoria”, afirma.

Segundo a pesquisadora, são necessários uma formação contínua sobre o tema e um olhar sistemático para a efetivação das diretrizes que definem a educação para relações étnico-raciais.

Faz parte dessa formação crítica entender como é possível ser antirracista e atuar para construir uma educação para as relações étnico-raciais, sem tirar o protagonismo dos negros. Práticas que deem aos estudantes negros posição de destaque ou que promovam a escuta de pessoas negras da comunidade escolar são boas possibilidades nessa direção.

Identificação pelas semelhanças

Se a noção de raça e identidade foi criada pelos brancos ao reunir por características físicas grupos que se organizavam a partir de outros marcos, também é possível sugerir que existem fatores capazes de unir pessoas negras e brancas. Para desenvolver empatia em seus alunos, a educadora da Escola Dr. Jorge Lacerda procurou trabalhar a imigração como uma ponte de conexão entre eles.

O projeto “Imigração, Inclusão e Cidadania” fez os jovens refletirem criticamente sobre suas origens e as dos haitianos, e os instigou a encontrar semelhanças entre suas trajetórias. Essa é mais uma forma de desconstruir a superioridade atribuída à branquitude.

PARA NÃO ESQUECER



Principais práticas da escola

- Investigações de suas origens e reflexões sobre história da cidade
- Diálogos com grupos discriminados sobre racismo
- Pesquisas e reconhecimento de pessoas negras importantes na história
- Produção de materiais que levam a experiência para outras pessoas

PARA COMEMORAR



Resultados percebidos pela escola

- Maior compreensão sobre temas raciais e relacionados à imigração
- Abertura para debater questões raciais quando existe algum conflito
- Aumento da empatia dos estudantes pelos haitianos da cidade e pela população negra

04.

A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO INTERCULTURAL



COM PROJETO PARA PROMOVER SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO, ESCOLA CONQUISTA CONFIANÇA DA COMUNIDADE

Escola Municipal Bernardo de Vasconcelos

Localização: Rio de Janeiro (RJ)

Tipo de instituição: pública estadual, urbana

Etapa de ensino: fundamental 2

Número de alunos: 530

Ano de fundação: 1956

Perfil do território e do público: bairro dentro do complexo de favelas da Penha, na zona norte da cidade, frequentada por estudantes de baixo estrato socioeconômico, a maioria negros

Resumo:

- Transforma infraestrutura, práticas e relações dentro e fora da escola.
- Mudanças começam com remoção de grades e realização de grafite de figuras negras, tornando o espaço mais acolhedor e conectado à realidade dos estudantes.
- Projetos articulam diferentes áreas e integram a escola com o território para discutir questões étnico-raciais e fortalecer a identidade dos estudantes.

PARA SE INSPIRAR



Relato da experiência

A **Escola Municipal Bernardo de Vasconcelos** era, até 2017, cheia de grades e com paredes cinza. Localizada no bairro Vila Cruzeiro, na zona norte do Rio de Janeiro (RJ), relacionava-se pouco com a comunidade do entorno, que se mantinha afastada da instituição. “Muitos pais não queriam matricular seus filhos aqui”, afirma a diretora, Daniela Azini.

Para desconstruir o estigma de escola, forjado em função de problemas como altos índices de evasão e reprovação, e baixos índices de aprendizagem, a equipe liderada por Daniela iniciou o projeto “Ser e Pertencer”. A iniciativa propõe uma transformação na infraestrutura física, nas práticas pedagógicas e nas relações estabelecidas dentro da escola e com a comunidade. O objetivo dessas ações integradas é promover o sentimento de pertencimento à escola e o reconhecimento da identidade e da cultura dos estudantes e de suas famílias. Como cerca de 90% dos alunos na instituição são negros, o trabalho passa por discutir questões étnico-raciais e desenvolver ações antirracistas.

“A escola não era o que é hoje, colorida e grafitada. Ela era gradeada, cinza, com muitos conflitos entre alunos, professores e gestão. Como professora na Bernardo de Vasconcelos, via muitas situações que me incomodavam. Quando me tornei diretora, deixei de ser pedra e virei vidraça. Encontrei um grupo de professores que pensava como eu, e começamos um processo”, lembra Daniela, que atuou como docente de história na instituição de 2012 até 2017, quando assumiu a gestão.

O primeiro passo do projeto “Ser e Pertencer” foi a remoção de grades nas aberturas externas e dentro da própria escola, além de uma reforma em algumas salas. As mudanças físicas foram pensadas para que o espaço passasse a dialogar mais com a realidade dos adolescentes. Para isso, os estudantes participaram de várias decisões, como a mudança no nome da sala de leitura, de Walt Disney para Carolina Maria de Jesus. A escolha foi feita a partir de uma lista com nomes de diversos escritores negros.

O acervo também foi modificado. Os livros agora presentes na sala de leitura abordam assuntos de temática indígena, história e cultura africanas e afro-brasileiras, além de textos de escritoras e escritores negros consagrados, como a própria Carolina Maria de Jesus.

“Nós podemos ter uma Carolina aqui nesta favela. Ela tem proximidade com a comunidade, dialoga com as experiências e saberes [do local]”, conta Daniela.

As paredes cinza deram lugar a grafites de figuras negras, feitas pelo artista Angelo Campos, morador da Vila Cruzeiro. Agora, logo na entrada da escola, há um desenho de um garoto negro segurando um lápis grande, apoiado sobre seus ombros.

Daniela lembra que, durante a realização da pintura, algumas pessoas chegaram a perguntar se estava sendo desenhada ali uma criança segurando um fuzil. Para a professora e diretora da escola, trata-se de uma arma pedagógica.

“ **OS GRAFITES SÃO PAINÉIS QUE RESPALDAM AS AULAS.**

A arte com Nelson Mandela — que fica no segundo andar da escola, logo após o painel da África — por exemplo, é usada pelo professor de história Wander Pinto de Oliveira para **CONTEXTUALIZAR QUESTÕES POLÍTICAS E SOCIAIS**”, explica.

Outra atividade que Wander desenvolve é o “Rolé na Penha”, que dialoga com uma das principais estratégias do projeto “Ser e Pertencer”: resgatar a relação da escola com a comunidade. A **Vila Cruzeiro**, onde a instituição está localizada, é um dos bairros mais negros do Rio de Janeiro. Foi lá que, no fim do século XIX, ajudados por um padre abolicionista e republicano, escravizados foragidos se abrigaram e acabaram se organizando em um quilombo. Com aproximadamente **70 mil moradores**, o território carrega ainda hoje muitas das influências dos povos africanos e afro-brasileiros, percebidas na música, nas artes, na capoeira, no futebol, entre outros campos. É comumente apresentado pela imprensa como um local de violência, realidade que Daniela tenta combater, apresentando o bairro como um espaço de potência.

O “Rolé da Penha” inclui passeios guiados no território pelo professor Wander. Durante a atividade, os estudantes vão a lugares representativos da região, como a escadaria, a feira e a igreja da Penha, para serem apresentados à história e à geografia local, enquanto também compartilham seus próprios saberes sobre o bairro.

Outra ação para eliminar barreiras com o entorno da escola foi um mutirão realizado para reformar a quadra po-

liesportiva. Em grupos, os alunos foram às ruas para arrecadar recursos e convidar a comunidade a ajudar.

“ **A ESCOLA É UM ESPAÇO QUE REPRODUZ ALGUMAS DESIGUALDADES, MAS TAMBÉM É EMANCIPATÓRIA.**

Eu entendo que uma escola como a Bernardo, situada num território com tantas especificidades, não pode fechar as portas para a comunidade”, defende Daniela.

E acrescenta: “para tocar um projeto como esse, é preciso ter ousadia. Os conflitos são passíveis de acontecer — e de fato aconteceram —, mas fazem parte do processo”. Alguns integrantes do corpo docente não quiseram participar do “Ser e Pertencer” e até deixaram a escola. Para aqueles que se engajaram na iniciativa, Daniela dá autonomia para que construam estratégias e práticas que tratem de questões relacionadas a raça, gênero e temas do cotidiano.

Entre essas atividades estão as rodas de conversa, que reúnem diferentes pessoas de dentro e de fora da escola para compartilhar histórias e relatos relacionados a racismo, intolerância religiosa, homofobia e outros preconceitos. Outra iniciativa é o “**Dicionário da Rapaziada**”, que apresenta gírias ditas pelos estudantes no dia a dia. São mais de 200 expressões catalogadas pelos próprios adolescentes.

Inserir a pauta do racismo em diferentes áreas do conhecimento, no entanto, ainda é um desafio para alguns professores. Por isso, a gestão da escola aposta no desenvolvimento de projetos que facilitem a integração entre diferentes áreas.

“É perfeitamente possível pegar a narrativa do ‘Rolé’ e dialogar com ações e textos de livros didáticos, assim como com os painéis existentes na escola. Temos um combinado aqui de nos ajudarmos caso existam dificuldades na hora de pensar a aula”, conta Daniela, que acredita que a escola também deve ser um espaço de troca e formação para professores.

O “Ser e Pertencer” é um projeto contínuo, que não tem data para acabar. Em decorrência da pandemia de covid-19, algumas ações já realizadas precisarão ser resgatadas, seja porque foram interrompidas, seja porque novos alunos e professores chegaram à escola.

Ainda assim, alguns resultados já são percebidos pela equipe pedagógica, como a melhora da relação dos estudantes com a escola. Várias atividades propostas pelo “Ser e Pertencer” acontecem no contraturno, mas os adolescentes não reclamam de ficar na escola, e muitos deles desejam permanecer mesmo depois de as aulas já terem sido finalizadas.

“

Quando falo de pertencimento, estou falando de uma **MUDANÇA DA RELAÇÃO DOS ALUNOS COM ESSE ESPAÇO.**

Eles foram entendendo que a **ESCOLA É UM LOCAL QUE PERTENCE A ELES, QUE DEVE SER PRESERVADO, VALORIZADO,** e que também todos são responsáveis por ele”, diz Daniela.

Além disso, a percepção da comunidade em relação à instituição também se alterou. Daniela reconhece que é

possível estreitar ainda mais a proximidade com as famílias e a população do entorno, mas comemora o fato de a escola ter deixado de ser um espaço que as famílias evitam. Agora, a alta procura faz com que faltem vagas para todos os interessados.

A diretora também percebe um fortalecimento das identidades negras de seus estudantes. Segundo ela, as pinturas e grafites de pessoas usando black power, por exemplo, foram importantes para que os próprios adolescentes assumissem seus cabelos naturais. “Eu tenho alunas que saem da escola e dizem: ‘Eu já me reconheço como uma mulher preta favelada’ e que entendem que a favela é também um lugar de potência”, afirma.

RELACIONAR SABERES DA COMUNIDADE COM O CURRÍCULO VALORIZA A NEGRITUDE EM ESCOLA QUILOMBOLA

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Arlindo Bento de Moraes

Localização: Santa Luzia (PB)

Tipo de instituição: pública estadual, urbana

Etapas de ensino: fundamental 2 e EJA

Ano de fundação: 1982

Perfil do território: área remanescente de quilombo. Famílias com baixo nível socioeconômico, com muitos artesãos de cerâmica e trabalhadores da construção civil. A maioria é formada por negros

Resumo:

- Adota currículo que valoriza a cultura, os saberes e a identidade negra.
- Visitas ao território são uma das principais estratégias para tratar de temas étnico-raciais com adolescentes.
- Ações para a educação antirracista incluem diálogo com famílias e organização de festas, cortejos e desfiles temáticos.

PARA SE INSPIRAR



Relato da experiência

Com o projeto “Sou Negro, Sim!”, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Arlindo Bento de Moraes, da cidade de Santa Luzia (PB), ganhou o Prêmio “Educar para a Igualdade Racial e de Gênero”, atribuído pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), na categoria Quilombola, em 2015. O reconhecimento valorizou o caminho adotado pela instituição para desenvolver nos estudantes dos anos finais do ensino fundamental uma visão positiva da negritude: um currículo que valoriza a cultura, os saberes e a identidade negra e quilombola.

Localizada na comunidade urbana do Quilombo do Talhado, no sertão paraibano, a instituição tornou-se oficialmente uma escola quilombola em 2008, quando foi reconhecida pela Fundação Palmares. O Talhado tem sua origem em 1880 no alto da serra, na zona rural de Santa Luzia, mas parte de sua comunidade hoje ocupa uma área na cidade onde está a escola Arlindo Bento de Moraes. Essa migração aconteceu na década de 1990, para facilitar a venda de louças e artesanatos produzidos pelas mulheres da região desde que as primeiras famílias se instalaram no local. A história de luta pela sobrevivência e o trabalho das louceiras no território da Serra do Talhado são retratados no curta-metragem Aruanda, de 1960, do cineasta Linduarte Noronha, considerado um dos filmes precursores do Cinema Novo no Brasil.

Por ser classificada como escola quilombola, a Arlindo Bento de Moraes deve aproximar os saberes da comunidade e os curriculares de acordo com as **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola**,

elaboradas em 2012. O documento define que a educação em áreas remanescentes de quilombos deve considerar as práticas socioculturais, políticas e econômicas dos quilombolas, além de seus processos próprios de ensino-aprendizagem e de suas formas de produção e de conhecimento tecnológico.

Mas, mesmo antes dessa classificação ou das orientações do MEC, a escola já desenvolvia um trabalho de valorização e respeito à diversidade e aos saberes presentes no território. O premiado projeto é um exemplo de como isso acontece até hoje. Com uma abordagem interdisciplinar, promove palestras, aulas de campo no quilombo, atividades artísticas envolvendo música, dança e teatro, mostras culturais, caminhadas reflexivas, mostras de documentários, aulas de culinária e formação de uma banda afro, um grupo de capoeira e outro de percussão.

Todas essas práticas desenvolvidas na escola são pensadas para dialogar com as dimensões e singularidades das culturas negra e quilombola. O currículo de uma escola em área remanescente de quilombo deve incluir, além dos componentes regulares, conteúdos e experiências que levem em consideração questões históricas, políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais da população local.

“ **A ESCOLA QUILOMBOLA EXIGE UMA PEDAGOGIA PRÓPRIA,** que respeite as especificidades étnico-raciais e culturais de um dado contexto. É o caso da alimentação escolar, por exemplo, que deve considerar os hábitos alimentares do povo negro, que vive num território”, explica o professor Valentim dos Santos, que dá aulas de arte e cultura quilombolas.

No caso da instituição em Santa Luzia, a única escola estadual quilombola na Paraíba, os componentes diversificados do currículo tratam de alimentação, sustentabilidade e território, práticas e técnicas agrícolas, arte e cultura quilombolas e história etnorracial, que recuperam a trajetória de diferentes etnias — não só a dos povos locais, como também a indígena e a cigana, por exemplo.

Mesmo com essa diversidade de práticas voltadas à educação para relações étnico-raciais, o trabalho de combate ao racismo na Arlindo de Moraes é árduo, segundo a coordenadora pedagógica Auxiliadora Cartaxo, sendo preciso investir em práticas para fortalecer a autoestima e o reconhecimento da identidade dos adolescentes.

Atualmente, 72% dos estudantes são negros ou descendentes de quilombolas, mas levou-se um tempo para chegar a essa porcentagem. Segundo Herbene Maria Dantas, professora de etno-história, até alguns anos atrás poucos responsáveis pelos alunos se autodeclaravam negros.

“ Era comum receber nas fichas de matrícula pessoas que se declaravam como morenas. Graças às atividades de **CONSCIENTIZAÇÃO**, isso mudou”, conta.

Os professores responsáveis pelos componentes específicos do currículo quilombola também tiveram de se adaptar para cumprir as diretrizes. Maria Cecília Regina da Silva dá aulas sobre religiões de matriz africana e diz que, por ser católica, teve dificuldades para assimilar a abordagem mas, aos poucos, superou a barreira imposta por sua própria crença e entendeu a importância de tratar desse tema para combater o racismo religioso.

Para isso, ela adota uma estratégia muito presente na Arlindo Bento de Moraes: a de relacionar temas do currículo com o que acontece no território. Durante suas aulas, os alunos visitam espaços de práticas religiosas e conversam com representantes de diferentes religiões. Já os professores das áreas de humanas, em parceria com a associação de louceiras, levam os estudantes aos locais onde artistas produzem utensílios de barro, artesanato a que se dedicam desde a fundação do quilombo.

Nas aulas de artes, os estudantes são apresentados a artistas locais e a obras que são encontradas pelas ruas da comunidade. Segundo o professor Valentim, sobre a primeira vez que implementou essa prática, os adolescentes se surpreenderam ao perceber o quanto estavam próximos de artes que contribuem para manter vivas a memória e a cultura daquele local. O educador estava produzindo com a turma do 9º ano um documentário sobre a trajetória do Caboclo Hélio, artista que socializa com os adolescentes conhecimentos sobre arte e cultura quilombola e indígena presente na região.

Outra ação que extrapola os muros da escola é o trabalho feito com os pais dos estudantes. A coordenadora pedagógica Auxiliadora ressalta: logo que os projetos com foco nas relações étnico-raciais começaram a ser desenvolvidos, era muito comum os alunos ouvirem afirmações preconceituosas quando estavam fora da instituição escolar. Por isso, ela mantém um diálogo próximo com as famílias e organiza festas, cortejos e desfiles temáticos das culturas negra e quilombola em parceria com a comunidade.

Parte dessas atividades realizada nas ruas — como caminhadas pela igualdade racial, dança dos Orixás e rodas de capoeira — foi suspensa durante a pandemia da covid-19. Auxiliadora teme um retrocesso em relação ao trabalho que vinha sendo feito até o início do isolamento

social, pois terá de mobilizar novamente a comunidade escolar. Na retomada, ela conta com o engajamento de seu corpo docente para voltar a promover ações antirracistas, postura que considera essencial para garantir os direitos de aprendizagem de crianças e adolescentes, principalmente em uma escola em área remanescente de quilombo.

PARA REFLETIR



O que aprendemos com as experiências

Descolonização do conhecimento

O processo de construir uma escola comprometida em combater o racismo estrutural passa por repensar o currículo em suas múltiplas dimensões, começando pela descolonização do conhecimento.

O que se estuda na escola, da história à ciência, ainda é muito representativo de uma visão única de mundo, baseada na perspectiva eurocêntrica.

“A sociedade desqualifica qualquer tipo de conhecimento vindo de matrizes indígenas e africanas. Não dá para construir uma nação com igualdade de oportunidades dessa forma”, destaca o historiador e professor Carlos Machado.

Os currículos da maioria das escolas ainda refletem um projeto de sociedade preso aos séculos passados, segundo a professora Petronilha Beatriz Gonçalves. “Em vez de ensinar somente sobre as revoluções europeias ou os modos de vida dos portugueses, por que não se aprofundar em desmistificar a ideia de África como um país e não um continente?”, questiona.

As diretrizes para escolas quilombolas facilitam a inclusão de novas epistemologias nos currículos, como acon-

tece na Arlindo Bento de Moraes, que abre espaço para o estudo das culturas africana e afro-brasileira. Mas apesar de suas especificidades, muitas das práticas da instituição localizada em área remanescente de quilombo podem ser adaptadas em escolas de todo o país.

Em outro contexto, o professor Carlos Machado, que dá aulas de história para o 6º e o 9º ano na Escola Municipal de Ensino Fundamental Amadeu Amaral, em São Paulo, procura trazer elementos das civilizações africanas para seus alunos, mesmo que esse conteúdo não esteja nos livros didáticos. Ao trabalhar com contagem de tempo, por exemplo, ele apresenta epistemologias que refletem a experiência africana, como o bastão de Ishango, que é a primeira fórmula de cálculo, e o calendário egípcio, base do gregoriano.

Escola como espaço de disputas

Uma educação antirracista é capaz de empoderar crianças e jovens negros. Para Macaé Evaristo, vereadora e ex-secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte, que também foi secretária Estadual de Educação de Minas Gerais e titular da extinta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi), o avanço nesse sentido envolve uma disputa de concepção das relações de poder na sociedade brasileira. “Inserir [a educação antirracista] no currículo escolar é fundamental; por que as pessoas resistem?”, questiona.

Na Escola Bernardo de Vasconcelos, a diretora Danie-la Azini encontrou resistência de colegas educadores que não queriam se engajar no projeto “Ser e Pertencer”, além da desconfiança da comunidade. Para professores que lidam com resistências como essas dentro de suas escolas, a

professora Petronilha Beatriz recomenda que se pergunte para qual projeto de sociedade estão trabalhando. Tornar a escola um espaço de emancipação foi o foco que fez com que Daniela encontrasse aliados para seguir em frente. Além disso, ela teve coragem para correr riscos, como o de retirar as grades do prédio e abrir as portas da escola para receber visitantes, ações que anteriormente eram consideradas perigosas.

As tensões também interferem na formulação de políticas públicas. A BNCC, que norteia a elaboração dos currículos de redes e escolas, por exemplo, não tem em seu texto recomendações explícitas para uma educação antirracista. Mesmo assim, segundo Luciana Alves, pró-reitora na Unifesp, trata-se de uma possibilidade para as redes reestruturarem seus currículos. “Ao repensar o currículo, há também uma oportunidade de inserir o debate sobre equidade e igualdade racial nessa reformulação”, destaca Luciana, que também é consultora do CEERT.

Conexões com origem e território

Uma estratégia necessária para tornar a experiência educacional significativa para crianças, adolescentes e jovens é adotar práticas pedagógicas conectadas com suas características, desafios e desejos. Em um país no qual a maior parte da população é negra, valorizar as origens da comunidade em que a escola está inserida e se relacionar com o território são ferramentas que conectam a aprendizagem com a realidade dos estudantes e fortalecem uma educação antirracista.

As experiências das escolas Bernardo de Vasconcelos, na cidade do Rio de Janeiro, e Arlindo Bento de Moraes, em Santa Luzia, na Paraíba, mostram o potencial dessas interações, mesmo ocorrendo em contextos diferentes. “As

práticas educativas mais transformadoras, mais significativas, são aquelas promovidas por profissionais com olhos abertos e diálogo franco com a comunidade”, diz a professora Nilma Lino Gomes.

Para implantar essa estratégia, é preciso ter disposição para lidar com o inesperado, mas os resultados compensam, segundo Auxiliadora Cartaxo, da Arlindo Bento de Moraes. Para exemplificar, ela relembra uma visita realizada com adolescentes ao Quilombo do Talhado, quando uma estudante descobriu sua ligação com uma das famílias quilombolas. “Depois disso, ela passou a valorizar sua identidade e deixou de alisar seus cabelos”, diz.

Dois elementos muito presentes nas culturas africana e afro-brasileira, a oralidade e a corporeidade, também são abordagens que ajudam a valorizar a história e a identidade de estudantes negros. Por isso, envolver adolescentes e jovens em atividades como rodas de capoeira e danças africanas é recomendado para combater o racismo na escola. Essas atividades, no entanto, não podem ser isoladas nem contribuir para formar estereótipos: precisam ocorrer integradas ao estudo da história e da cultura africanas.

Recursos pedagógicos antirracistas

Um ponto importante para implementar a educação para as relações étnico-raciais é a escolha de recursos pedagógicos e materiais didáticos que servem de apoio para a estrutura curricular.

Os livros, por exemplo, pela capacidade de apresentar diferentes perspectivas de mundo, são ferramentas essenciais para auxiliar estudantes, professores e demais atores da comunidade escolar a desenvolver um pensamento crítico sobre os fatos e conceber a própria identidade. “A literatura é uma janela para o mundo”, diz a escritora e pes-

quisadora Heloisa Pires Lima, autora de *Histórias da Preta*, entre outros livros sobre a cultura afro-brasileira.

No processo de aprendizagem sobre negritude, identidade e antirracismo, a literatura criada por autores negros, com temáticas ou protagonistas africanos e afro-brasileiros, tem duas contribuições importantes, segundo a escritora. A primeira, para leitores negros, é a representatividade, que influencia diretamente a autoestima e a construção da identidade. A segunda impacta leitores não negros, que passam a ter a possibilidade de desenvolver empatia por narrativas diversas.

Por isso, a renovação do acervo da sala de leitura na Escola Bernardo de Vasconcelos foi escolhida como uma das primeiras estratégias para desenvolver o sentimento de pertencimento dos estudantes, assim como a pintura dos painéis. Esses dois recursos são exemplos de como os materiais didáticos que apoiam uma educação antirracista podem ser diversificados. Outros itens com o mesmo potencial são brinquedos, instrumentos musicais, filmes, espaços para práticas de dança e peças de teatro.

Relações positivas e formadoras

As relações que se estabelecem, tanto entre os alunos como entre eles e os professores e toda a comunidade escolar, podem aprofundar preconceitos e semear pensamentos negativos em crianças, adolescentes e jovens. Se elas forem construídas com intencionalidade, porém, o efeito tende a ser bastante positivo.

O currículo envolve o que os alunos veem no pátio, o que conversam com outros agentes educativos, como a pessoa que cuida da alimentação ou que os recebe na entrada da escola. Por isso, é importante que todos da comunidade escolar se preocupem em educar crianças para

o desenvolvimento de respeito mútuo e empatia, independentemente de cor da pele, religião, gênero e classe social, ou de quais cargos ou funções ocupem.

O esforço para garantir relações saudáveis deve envolver um trabalho com todos os funcionários da escola e com as famílias. Por isso, instituições de ensino como a Arlindo Bento de Moraes investem em ações formativas para a comunidade, por meio de debates sobre racismo e atividades de valorização das culturas africana e afro-brasileira.

O papel da formação docente

Para dar conta da complexidade de um currículo antirracista, os caminhos para uma mudança passam, também, pela formação docente. Quanto mais cedo os educadores tiverem acesso a conceitos e abordagens relacionadas à educação para as relações étnico-raciais, mais fácil será para eles implementarem boas práticas.

“Nós precisamos que as universidades que formam esses professores se engajem também com essa proposta, no sentido de oferecer aos educadores que estão sendo formados o letramento racial crítico”, afirma Aparecida de Jesus Ferreira, professora associada e pesquisadora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Além disso, Aparecida destaca a importância de trabalhar de forma contínua para que a escola inteira fale uma mesma língua. “A formação não deve ser somente para o corpo docente. A equipe de gestão precisa estar integrada, assim como os demais agentes educativos. Assim, dúvidas serão sanadas e discussões poderão ter espaço em qualquer lugar da escola, a qualquer tempo”, complementa.

No Rio de Janeiro, por exemplo, foi criada recentemente a Gerência de Relações Étnico-Raciais (GERER), órgão vinculado à rede municipal de educação, que tem como

algumas de suas principais funções produzir materiais de apoio, fomentar o debate sobre relações étnico-raciais nas escolas e promover orientações e formação de professores nessa área. Esse é um movimento da gestão que tem impactos significativos na implementação da educação para as relações étnico-raciais no chão da escola.

PARA NÃO ESQUECER



Principais práticas da Escola Bernardo de Vasconcelos

- Mudanças na estrutura física da escola para tornar o espaço mais acolhedor
- Inclusão de elementos visuais representativos da cultura afro-brasileira
- Oferta de livros sobre história e cultura afro-brasileiras, africanas e indígenas
- Diálogos e trocas com famílias e a comunidade do entorno
- Visitas ao território e reconhecimento de suas potências

Principais práticas da Escola Arlindo Bento de Moraes

- Abordagem interdisciplinar para conectar saberes quilombolas com outros conhecimentos
- Visitas ao território e reconhecimento de suas potências
- Diálogos e trocas com famílias e a comunidade do entorno
- Organização de festas e atividades culturais para valorizar a cultura afro-brasileira
- Produção de documentário sobre artista que é referência na região onde a escola se localiza

PARA COMEMORAR



Resultados percebidos pela Escola Bernardo de Vasconcelos

- Fortalecimento da relação com a comunidade e mudança na percepção das famílias sobre a qualidade da escola
- Engajamento maior dos estudantes com as atividades propostas pela escola
- Valorização e resgate da autoestima dos adolescentes

Resultados percebidos pela Escola Arlindo Bento de Moraes

- Maior acesso à arte e à cultura africanas e afro-brasileiras para toda a comunidade
- Maior percentual de famílias e estudantes se declarando como negros

PARA AVALIAR A ESCOLA



SUA ESCOLA É ANTIRRACISTA?

Avalie sua escola e reflita sobre o caminho em direção à educação para as relações étnico-raciais

Cinco dimensões compõem um currículo antirracista:

+++ Relações

As relações que acontecem no espaço da escola e em sua comunidade são formadoras da identidade dos estudantes e famílias. Um currículo para as relações étnico-raciais deve criar um ambiente em que bebês, crianças e adolescentes se sintam acolhidos, respeitados e valorizados, bem como possibilitar que desenvolvam empatia pela diversidade. Essa dimensão é alcançada quando a comunidade escolar se engaja na defesa, na reparação e na promoção da equidade racial, e em uma educação inclusiva e de qualidade, que valoriza as perspectivas afro-brasileiras e indígenas.

+++ Componentes curriculares

Temas, conteúdos e conhecimentos abordados pela escola fazem parte da dimensão componentes curriculares, a qual deve se conectar com um projeto de sociedade antirracista. Para isso, é preciso deixar de lado a perspectiva eurocêntrica do currículo e dar espaço para o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira, de forma abrangente e crítica, bem como valorizar saberes e experiências conectados com diferentes origens e realidades.

+ + + Práticas pedagógicas

As experiências promovidas para trabalhar os componentes curriculares devem se conectar com diferentes realidades, características e anseios de crianças e adolescentes, além de desenvolver seu senso crítico em relação aos conteúdos e saberes abordados pela escola. Construir práticas que reconheçam potências do território, estimulem o protagonismo dos estudantes, oportunizem aprendizagem prática, promovam valores democráticos e valorizem estéticas e linguagens diversas são alguns dos caminhos para desenvolver a educação para relações étnico-raciais.

+ + + Formação de professores

O quanto os educadores conhecem conceitos relacionados a questões raciais e conseguem desenvolver abordagens antirracistas é determinante para a construção de uma educação para as relações étnico-raciais. A formação para a atuação dentro dessa perspectiva deve oferecer referências teóricas, tornar conhecidos os marcos legais e a história do movimento negro brasileiro, promover reflexões críticas e instrumentalizar educadores a implementar todas as demais dimensões do currículo.

+ + + Equidade racial

Uma escola preocupada com a educação para as relações étnico-raciais deve garantir os direitos de todas as pessoas de sua comunidade, por meio de ações que corrijam injustiças e revertam situações de exclusão histórica. Para isso, além de esforços para que negros e indígenas sejam representados no ambiente escolar, é necessário promover políticas para valorizá-los e criar condições para que se tornem protagonistas.

Ferramenta

“CAMINHOS PARA RECRIAR A ESCOLA”

Para entender como sua escola atua em cinco dimensões de um currículo antirracista, baixe a ferramenta a seguir. Ela apresenta metas, dentro de cada dimensão, para a implementação de uma educação para as relações étnico-raciais. As metas estão divididas em quatro estágios: **Emergindo, Progredindo, Concretizando, Expandindo**. Avalie em qual estágio sua escola está e planeje ações para avançar.

[Clique para baixar a ferramenta](#)

PARA AVALIAR A ESCOLA



VOCÊ É UM EDUCADOR ANTIRRACISTA?

Avalie suas atitudes e práticas cotidianas e reflita sobre como você pode contribuir para o enfrentamento ao racismo

Questionário

“AUTORREFLEXÃO PARA MUDAR A POSTURA”

Para refletir sobre como você age no cotidiano escolar, baixe o questionário a seguir. Ele apresenta uma lista de perguntas para ajudá-lo a entender o quanto suas atitudes são antirracistas e estimulá-lo a transformar práticas.

[Clique para baixar o questionário](#)

05.

CURADORIA DE RECURSOS PARA RECRIAR A ESCOLA



Para apoiarmos a construção de uma educação para as relações étnico-raciais no dia a dia, separamos alguns recursos que podem ser usados para gerar reflexões sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, assim como planos de aula e sistematizações de práticas educacionais inspiradoras. Confira:

FILMES

A plataforma **Videocamp** tem um catálogo diversificado, que pode ser usado nas aulas. Alguns títulos, listados abaixo com um asterisco, contêm material de apoio ou planejamentos de aulas:

A plataforma permite duas modalidades de acesso. Uma delas na seção **“Assistir Agora”**, que não demanda o agendamento de uma sessão, e uma outra na qual os títulos ficam sujeitos a agendamento de sessão para um grupo maior de pessoas, conforme **regras do site**. Esses filmes devem ser assistidos quando as regras sanitárias permitirem. Confira abaixo nossa seleção:

+++ PARA ASSISTIR AGORA



Eu, Oxum (23 min.) [↗](#)

Dirigido e roteirizado por Héloa e sua mãe, Martha Sales, o documentário conta sua relação com o orixá Oxum e a história de outras cinco mulheres “filhas” do mesmo orixá. Entre elas, Yalorixá Maria José de Santana, responsável pelo Ilê Axé Omin Mafé, mais conhecida como “Mãe Bequinha”.



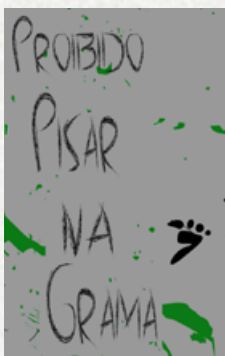
Jardim (23 min.) [↗](#)

No conjunto Jardim, comunidade-dormitório localizada em Nossa Senhora do Socorro (SE), moradores vivem conflitos culturais e sociais, como religiosidade, violência e preconceito.



Nadir da Mussuca (25 min.) [↗](#)

O documentário retrata a rica história de Nadir dos Santos, ou simplesmente Nadir da Mussuca, nome que sintetiza narrativas afro-culturais de Sergipe. Personalidade da comunidade quilombola Mussuca, do município de Laranjeiras, essa mulher negra e artista transcende seu território de cantora do Samba de Pareia, do São Gonçalo e do Reisado, e se faz presente em espaços onde ilumina e apresenta traços de uma cultura híbrida com forte teor ancestral da formação afro-brasileira.



Proibido pisar na grama (12 min.) [↗](#)

Documentário que aborda questões e posições que o racismo estrutural e institucional impõe à população negra brasileira, como o condicionamento ao trabalho braçal, à criminalidade e à falta de acesso à educação. É também uma mensagem de resistência.



Terreiros do brincar (52 min.) [↗](#)

O filme retrata a participação de crianças em vários grupos de manifestações populares em quatro estados brasileiros e a sua relação com um brincar coletivo, intergeracional e sagrado.

+ + + PARA ASSISTIR COM AGENDAMENTO



Baderna (85 min.) [↗](#)

Baderna é uma cidade no interior do Brasil. Fundada em 1871, formou-se a partir da cultura dos negros escravizados e se emancipou do estado. Entre conflitos mundanos, uma relação intensa com a natureza e a resistência popular, o povo badernista vive os dias de hoje em meio a diversos movimentos culturais. O filme narra o dia em que chega a Baderna o senhor da terra Obaluaê, orixá que busca a cura para os males do século XXI.



Disque quilombola (13 min.) [↗](#)

Crianças do Espírito Santo conversam de um jeito divertido sobre como é a vida em uma comunidade quilombola e em um morro na cidade de Vitória. Por meio de uma genuína brincadeira infantil, falam de suas raízes e desvelam o quanto a infância de todo mundo tem mais pontos em comum do que diferenças.



Louceiras (54 min.) [↗](#)

Louceiras acompanha o dia a dia das últimas ceramistas do grupo étnico Kariri-Xocó que tiram do barro o sustento da família. Herdeiras de uma tradição que passa de mãe para filha, essas mulheres conhecem a arte da escolha do barro, da confecção e da queima de panelas e potes. Vivendo em uma aldeia situada às margens do Rio São Francisco, no município de Porto Real do Colégio (AL), elas compartilham com seu povo o conhecimento das ervas medicinais, a dança do Toré, os cantos de trabalho (rojão) e o segredo do Ouricuri.



Logo ali: África do Sul (117 min.) [↗](#)

Beto Chaves, um policial civil do Rio de Janeiro, vai à África do Sul tentar entender como aquela sociedade, marcada pelo apartheid, regime de segregação racial que durou mais de 40 anos, conseguiu virar essa página manchada da história.



Mucamas (16 min.) [↗](#)

O documentário conta a história da vida de mulheres que são ou já foram empregadas domésticas, escancarando suas lutas e desigualdades. Ao centro, o enraizado pensamento da casa-grande sobre a senzala e o discurso do “trabalho e desenvolvimento” que garante a manutenção da lógica serviçal, de herança claramente escravocrata: preconceitos, classismos, distâncias, muros, pontes, remuneração, relações de

poder, patroas e empregadas. Narrado pelas trabalhadoras, o filme tem direção de suas próprias filhas e, por isso, propõe uma importante reflexão sobre representatividade e construção de narrativas populares.



Parece comigo (26 min.) [↗](#)

“Meninas negras não brincam com bonecas pretas”, diz a letra do rap de Preta Rara, uma das personagens de Parece comigo. O documentário explora o problema da falta de bonecas negras no mercado brasileiro, e mostra o trabalho das bonequeiras que tentam mudar esse cenário, enfrentando a gigante indústria de brinquedos por meio de seu artesanato consciente.



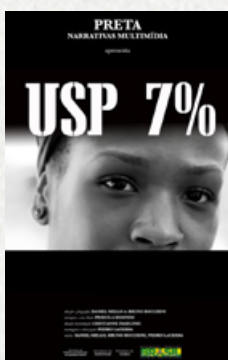
Podados (17 min.) [↗](#)

A garotinha Joana pergunta à sua professora sobre a existência de uma nova cor, que ainda ninguém havia visto. A partir da resposta que obtém, a menina se vê motivada a embarcar em uma aventura rumo à tal descoberta. O filme aborda três questões: a forma como a sociedade (família, escola, igreja etc.) desencoraja ou limita o senso de inventividade na criança, um tipo de “pensar fora da caixa” e a representatividade da mulher negra — no caso, a criança negra como sujeito que também questiona, contesta e se aventura. Em narrativas cinematográficas, esses atributos são geralmente designados a meninos quase sempre brancos.



Serra do Queimadão, uma comunidade quilombola (38 min.) [↗](#)

O filme conta a história da comunidade remanescente de africanos escravizados a partir da história de vida de seus moradores. A Serra do Queimadão está localizada na Chapada Diamantina, no estado da Bahia. A religião, a cultura, as tradições culturais e suas manifestações são alguns dos temas abordados.



USP 7%* (15 min.) [↗](#)

Quatro relatos da luta contra o racismo estrutural, passando por diferentes gerações e pontos de vista. O filme mostra a mobilização em favor da implantação das cotas raciais em uma das mais importantes universidades do país.

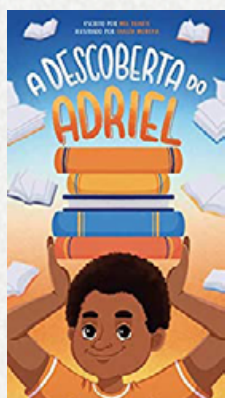
LIVROS

O universo de livros que podem ser usados na escola para trabalhar identidades negras, discutir o racismo ou apresentar conhecimentos africanos e afro-brasileiros é diverso e rico.

Conheça sugestões de leituras para crianças e jovens, além de títulos de não-ficção que podem apoiar adultos em sua formação sobre questões raciais:

+++ INFANTOJUVENIS**A África recontada para crianças — Avani Souza Silva**

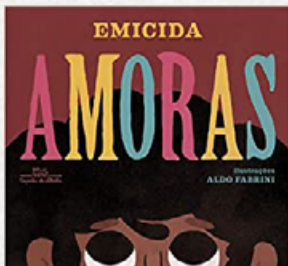
Fábulas de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são recontadas pela pesquisadora Avani Souza Silva neste livro. As histórias são complementadas por músicas, brincadeiras, descrições de gastronomia e vestimentas dos países africanos.

**A descoberta do Adriel — Mel Duarte e Lhaiza Morena ↗**

O livro é baseado na história real de Adriel, menino que sofre preconceito pela cor de sua pele e descobre nos livros que pode superar qualquer obstáculo por meio da educação.

**A história de Chico Rei — Béatrice Tanaka**

É uma narrativa de tradição oral afro-brasileira que conta a história de um rei africano e de seus amigos escravizados que resolveram comprar sua alforria juntando o pó do ouro que garimpavam na mina onde trabalhavam. Transmitida desde o século XVIII, é a história de uma das figuras de maior destaque do Brasil colonial.



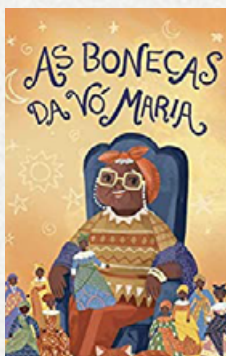
Amoras — Emicida e Aldo Fabrini

O livro é inspirado na música “Amoras”, composta pelo próprio rapper Emicida, que diz: “Que a doçura das frutinhas sabor acalanto/ Fez a criança sozinha alcançar a conclusão/ Papai que bom, porque eu sou pretinha também”. É um livro sobre a importância do reconhecimento e do fortalecimento das identidades.



Amor de cabelo — Matthew A. Cherry e Vashti Harrison

A mãe de Zuri está voltando para casa depois de um tratamento médico, e seu pai a ajuda a montar um penteado perfeito, com tranças e twists, para recebê-la. O livro é inspirado no curta-metragem de animação Hair Love, vencedor do Oscar em 2020.



As bonecas da vó Maria — Mel Duarte e Giovana Medeiros ↗

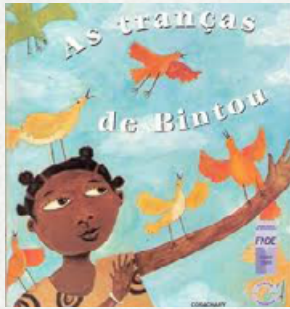
A história é inspirada nas empreendedoras Joyce, Lucia e Cris, proprietárias da loja Preta Pretinha. Vó Maria as ensinou como criar bonecas negras e, em família, decidiram criar a marca.



A semente que veio da África — Heloisa Pires Lima, George Geneka, Mário Lemos e Véronique Tadjé

O livro reúne três lendas sobre a Adansônia, também conhecida como Baobá: uma vinda da França, outra de Moçambique e uma terceira

da Costa do Marfim. Os depoimentos percorrem histórias e brincadeiras envolvendo a árvore, que pode viver até 6 mil anos e é considerada na África como a árvore da palavra.



As tranças de Bintou — Sylviane A. Diouf e Shane W. Evans [↗](#)

Uma menina que vive na África sonha ter tranças enfeitadas com pedrinhas e conchas, iguais às da irmã e de mulheres com as quais convive. Neste link, o livro é apresentado em formato de vídeo educativo.



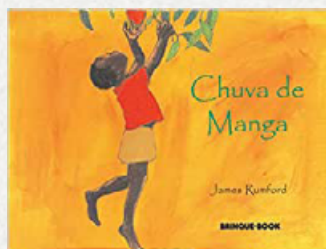
Betina — Nilma Lino Gomes e Denise Nascimento

A avó ensinou à neta Betina uma lição preciosa sobre cabelos trançados, que marcaria o futuro profissional da menina. Quando adulta, Betina montou um salão de beleza especializado em cuidar de cabelos afro e ganhou reconhecimento nacional, repassando o aprendizado para outras pessoas.



Bia na África — Ricardo Dreguer e Thiago Lopes

Filha de uma diplomata, Bia viaja com a mãe para diversos países. Neste livro, a menina mora em Angola e passeia por Egito, Quênia, Mali, Congo, Zimbábue e Sudão, conhecendo de perto as influências que esses países trouxeram para o Brasil.



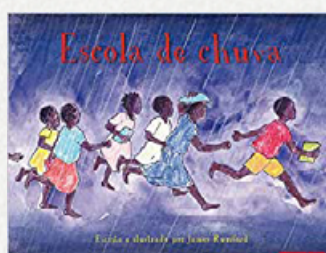
Chuva de manga — James Rumford

Um conto sobre uma chuva leve. Acompanhando o cotidiano do jovem Tomás no Chade, país localizado no continente africano, a história narra a espera pela chuva e a relação que o menino tem com a terra e os frutos, entre os quais uma manga dourada.



Da minha janela — Otávio Júnior e Vanina Starkoff

Olhando de sua janela em uma favela do Rio de Janeiro, o autor narra tudo o que vê: cores, animais, pessoas. De maneira sensível e com belas ilustrações, o livro de estreia de Otávio Júnior convida para um exercício de olhar ao redor e perceber o mundo para além dos muros de casa.



Escola de chuva — James Rumford

Do mesmo autor de *Chuva de manga*, o livro acompanha o jovem Tomás, junto com seus outros colegas, numa tarefa difícil: antes de ganharem lápis e cadernos, eles precisam construir a própria escola. É uma história sobre o amor pelo aprendizado e pela vontade de estudar.



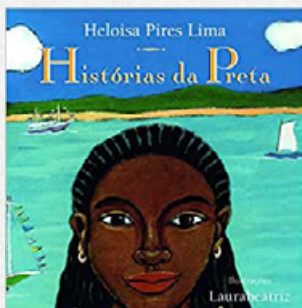
Gosto de África: histórias de lá e daqui — Joel Rufino dos Santos e Cláudia Scatamacchia

O livro apresenta tradições e mitos da cultura negra por meio de sete contos: “As pérolas de Cadija”, “O filho de Luísa”, “A sagrada família”, “O leão de Mali”, “Bonsucesso dos pretos”, “Bumba meu boi” e “A casa da flor”.



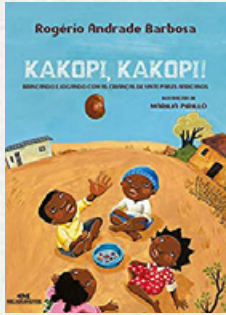
Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis — Jarid Arraes e Gabriela Pires

O livro reúne histórias, contadas em forma de cordel, de mulheres negras que levantaram a voz contra a injustiça e lutaram pelos seus direitos. Entre elas, Luiza Mahin, que teve destacada participação durante a Revolta dos Malês (ocorrida em Salvador, em 1835, contra a escravidão e a imposição da religião católica), e Tereza de Benguela, líder do quilombo de Quariterê (atual fronteira entre Mato Grosso e Bolívia), destruído em 1770.



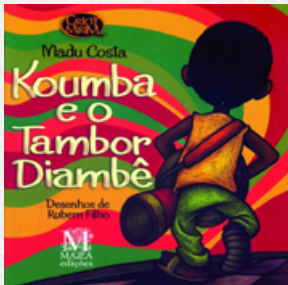
Histórias da Preta — Heloisa Pires Lima e Laurabeatriz

Conta a história de uma menina negra que se pergunta qual a diferença entre ser uma menina negra e todas as outras meninas no mundo. O livro é uma jornada em busca dessas respostas.



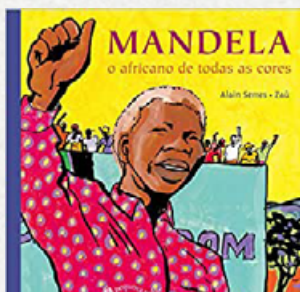
Kakopi, Kakopi! — Rogério Andrade Barbosa e Marília Pirillo

Sempre em busca de diferentes brincadeiras, o que era para ser um trabalho escolar ficou ainda melhor quando os irmãos quenianos Korir e Chentai descobriram 20 jogos de diferentes países. O livro não só desvenda onde as brincadeiras surgiram, como também ilustra como elas podem ser realizadas.



Koumba e o tambor diambê — Madu Costa e Rubem Filho

Esta é a história do menino Koumba, que toca o tambor diambê. A música forte, que é a canção do povo negro, invade a casa do garoto, as ruas e as cidades. Com versos curtos, a história busca trabalhar a identidade afrodescendente na imaginação infantil. O livro também integra a coleção Griot Mirim, da Mazza Edições. Griot é o contador de histórias africano, que repassa a tradição dos antepassados para diferentes gerações.



Mandela: o africano de todas as cores — Alain Serres e Zaü

Biografia do ícone da luta antirracista Nelson Mandela, eleito primeiro presidente negro de seu país, a África do Sul, após 27 anos de prisão. O livro inclui uma seção intitulada “Para compreender melhor”, com materiais de pesquisa, mapas e outras ferramentas de apoio.



Menina bonita do laço de fita — Ana Maria Machado e Claudius

Uma menina de olhos pretos, pele escura e cabelos trançados, sempre enfeitados com uma fita colorida, é a protagonista de um dos principais livros de Ana Maria Machado. Curioso e admirado, um coelho branco que a considera a menina a mais bonita do mundo quer descobrir os segredos de sua cor e ter uma filha pretinha como ela.



Meninas negras — Madu Costa e Rubem Filho

Mariana, Dandara e Luanda são meninas negras apresentadas no livro, que “se enxergam cada vez mais no lindo espelho da Mãe África e juntam os conhecimentos com a imaginação de um povo resistente, que nunca desiste de ser feliz”. A obra faz parte da coleção Griot Mirim da Mazza Edições.



Meu crespo é de rainha — Bell Hooks e Chris Raschka

Originalmente publicado como um poema rima-do, o livro apresenta cortes e penteados para meninas negras usando elogios e uma maneira positiva de enxergá-los.



O caderno de rimas do João — Lázaro Ramos e Mauricio Negro

Com rimas espontâneas e diferentes temáticas, o menino João vai explicando o que são algumas palavras como “amizade” ou “sonegação”. O livro é inspirado nas perguntas que o filho de Lázaro Ramos fazia para ele.



Omo-Oba: histórias de princesas — Kiusam de Oliveira e Josias Marinho

O livro traz histórias e mitos que relatam as diferentes formas femininas de ser. Os seis mitos apresentados têm como objetivo fortalecer a percepção das meninas sobre elas mesmas.



O ônibus de Rosa — Fabrizio Silei e Maurizio A. C. Quarello

Ao levar o neto para conhecer o Museu Ford, em Detroit, o protagonista do livro quer mostrar à criança um velho ônibus no qual presenciara uma das cenas mais marcantes de sua vida. Foi naquele veículo que, em 1995, ele vira Rosa Parks, uma mulher negra como eles, se recusar a ceder seu assento a um homem branco. Ao contar essa história para o neto, além de se emocionar, o avô mostra como um ato de coragem ajudou a mudar a história.



O pequeno príncipe preto — Rodrigo França e Juliana Barbosa Pereira

Não é a história que você já conhece. Em *O pequeno príncipe preto*, conhecemos a jornada de um menino que vive solitário em um planeta bem pequeno. Sua única companhia, um baobá. Levado por ventanias, o menino viaja por muitos planetas, distribuindo empatia e amor. A história é baseada em uma peça de teatro de mesmo nome.



O tabuleiro da baiana — Sonia Rosa e Rosinha Campos

No começo daquela fila que se vê todos os dias, repleta de fregueses sorridentes, está a baiana — carinhoso apelido dado àquele perfil de vendedora que usa turbante, saia rodada, e que oferece quitutes e pratos típicos da Bahia em tabuleiros. O livro é uma homenagem a essa personagem tão comum da cultura brasileira.



Outros contos africanos para crianças brasileiras — Rogério Andrade Barbosa e Maurício Veneza

Premiado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) na categoria conto e indicado para o 3º e o 4º ano do ensino fundamental, o livro reúne fábulas africanas sobre respeito aos mais velhos e apreço às tradições culturais.



Princesas negras — Ariane Celestino Meireles, Edileuza Penha de Souza e Juba Rodrigues

Você conhece uma princesa negra ou é uma delas? O livro mostra que elas estão no mercado de trabalho, nas escolas, nas universidades e na política. Entre as mulheres retratadas, estão Zaimba Gaba (princesa de Angola escravizada no Brasil) e Ellen Johnson Sirleaf (economista e ex-presidente da Libéria, primeira mulher a ser eleita como chefe de Estado de um país africano).



Série Contos de Moçambique (10 volumes) — editora Kapulana e Escola Portuguesa de Moçambique (EPM)

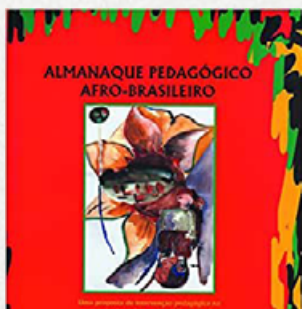
É um projeto para divulgar tradições orais de Moçambique. As histórias trazem expressões populares por meio de contos inspiradores sobre a cultura africana e a diversidade do país. A série ainda traz ilustrações de artistas moçambicanos.



Sulwe — Lupita Nyong'o e Vashti Harrison

Sulwe quer dizer estrela. A personagem que dá nome ao livro tem a pele mais escura de sua casa, mais que a de sua mãe ou de sua irmã. Cansada de sofrer zombarias dos colegas e triste por não se parecer com sua família, Sulwe tenta de tudo para ficar mais clara. Até que ouve de sua mãe uma bonita história sobre a importância de ter orgulho de si mesma.

+++ ADULTOS



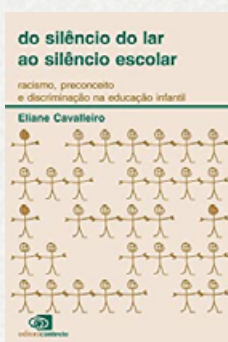
Almanaque pedagógico afro-brasileiro — Rosa Margarida de Carvalho Rocha

Com diferentes atividades e jogos, além de um calendário com datas importantes relativas aos temas afro-brasileiros, a autora apresenta aos professores estratégias cuidadosas para inserir os conteúdos afro-brasileiros na sala de aula.



Brasil: uma biografia — Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling

Um relato histórico sobre os mais de 500 anos do Brasil, detalhando não apenas a grande história, mas também detalhes do cotidiano, situações envolvendo minorias, tradições, arte, cultura e aspectos sociais.



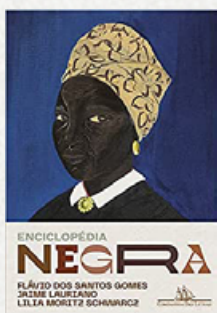
Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil — Eliane Cavalleiro

Com uma interpretação analítica e crítica feita pela pesquisadora Eliane Cavalleiro, o livro expõe a discriminação das crianças negras em sala de aula a partir de inúmeras situações cotidianas.



Educação das relações étnico-raciais — Rosa Margarida de Carvalho Rocha

A obra traz orientações significativas para professores do ensino fundamental sobre como incluir o tema étnico-racial em todas as disciplinas do currículo.



Enciclopédia negra — Biografias afro-brasileiras

De Abdias do Nascimento a Zeferina e Zumbi dos Palmares, 416 verbetes biográficos promovem um reencontro do Brasil com a memória silenciada de milhões de pessoas negras. Na enciclopédia, são revistas histórias da colonização aos dias atuais.



Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade — Bell Hooks

Escritora, professora e intelectual negra, Bell Hooks escreve sobre um novo tipo de educação que seja capaz de ensinar aos alunos transgredir as fronteiras raciais, sexuais e de classe.



Escravidão — Laurentino Gomes

O primeiro livro da trilogia do escritor e jornalista Laurentino Gomes trata sobre a história da escravidão no Brasil.



Escritos de uma vida — Sueli Carneiro

Com prefácio de Conceição Evaristo, apresentação de Djamila Ribeiro e orelha de Áttila Roque, o livro traz uma coletânea de artigos publicados ao longo da vida de Sueli Carneiro. Entre outras reflexões, ela destaca como o debate racial e de gênero é fundamental para a construção de um modelo alternativo de sociedade.



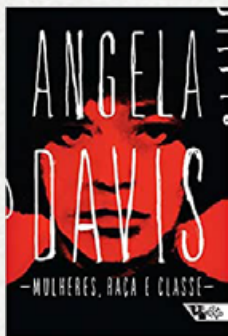
Formação de professores raça/etnia: reflexões e sugestões de materiais de ensino em português e inglês — Aparecida de Jesus Ferreira

Combina textos reflexivos a respeito da formação de professores em relação a raça/etnia e sua interseção com ensino crítico, cidadania, identidade, teoria racial crítica e educação antirracista, com sugestões de materiais de apoio para os ensinos fundamental e médio que abordam diversidade, raça/etnia, identidade e cidadania.



Memórias da plantação — Grada Kilomba

A partir de uma compilação de episódios cotidianos de racismo, passando por temas desde políticas de espaço e exclusão às políticas do corpo e do cabelo, Grada Kilomba combina teoria pós-colonial, estudos da branquitude, psicanálise, estudos de gênero, feminismo negro e narrativa poética.



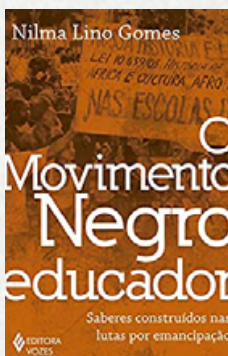
Mulheres, raça e classe — Angela Davis

Obra fundamental para quem deseja entender as nuances das opressões, o livro mostra como a escravidão teve impacto na forma pela qual a mulher negra foi desumanizada ao longo da história. Para Angela Davis, é impossível pensar em um projeto de nação que desconsidere a centralidade da questão racial.



Na minha pele — Lázaro Ramos

No livro, Lázaro Ramos apresenta reflexões sobre temas como ações afirmativas, gênero, família, empoderamento, afetividade e discriminação. Apesar de não ser uma biografia, o ator também compartilha episódios íntimos da sua vida.



O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação — Nilma Lino Gomes

O livro destaca o papel do Movimento Negro brasileiro como educador, produtor de saberes emancipatórios e sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Os saberes produzidos, articulados e sistematizados pelo Movimento Negro e de Mulheres Negras se mostra como potência capaz de subverter a teoria educacional, repensar a escola, descolonizar os currículos e dar visibilidade às práticas dos sujeitos.



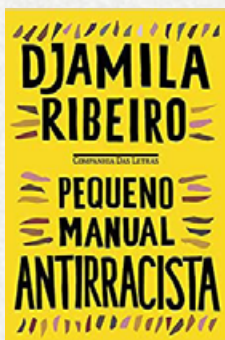
O perigo de uma história única — Chimamanda Ngozi Adichie

Fruto de uma das palestras mais vistas do TED Talks, proferida em 2009, o livro da autora nigeriana traz uma provocativa reflexão a respeito do que sabemos sobre as outras pessoas e de que forma construímos a imagem dessas pessoas, ressaltando a necessidade de estabelecermos um pensamento crítico sobre as narrativas.



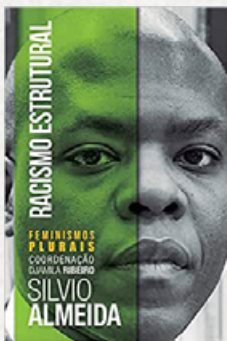
Outra educação é possível: feminismo, antirracismo e inclusão em sala de aula — Luana Tolentino

A partir de suas vivências em sala de aula, a autora compartilha histórias para mostrar que é possível trabalhar feminismo, antirracismo e inclusão na escola por meio de projetos interdisciplinares.



Pequeno manual antirracista — Djamila Ribeiro

Em onze capítulos permeados por reflexões, Djamila Ribeiro trata de racismo, negritude, branquitude, violência racial, cultura, desejos e afetos. A filósofa e ativista argumenta que a prática antirracista acontece por meio de atitudes cotidianas.



Racismo estrutural – Silvio Almeida

O racismo está infiltrado nas instituições e na cultura. A partir desse pressuposto, o autor apresenta dados estatísticos, chamando atenção para áreas como estrutura social, política e econômica da sociedade brasileira.



Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo – Gabriel Nascimento

Apresenta as relações entre linguagem e racismo, e como algumas estruturas ainda se mantêm devido à língua, ajudando a compreender mais a fundo as desigualdades raciais que existem na sociedade brasileira.



Racismo no Brasil? É coisa da sua cabeça: histórias de racismo e empoderamento no ambiente familiar, escolar e nas relações sociais – Aparecida de Jesus Ferreira

Livro com atividades de narrativas autobiográficas para sala de aula que possibilitam aos participantes se colocar no lugar do outro, no lugar de pessoas negras, refletindo sobre o racismo e a maneira como ele impacta a vida de muitos.



Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes – Muniz Sodré

Como uma oposição à velha pedagogia, Muniz Sodré traz reflexões e provocações que colocam em evidência a educação como uma luz no fundo do túnel social, atingido por crises de valores, violência, drogas, ameaças à saúde do planeta e retratação das formas humanas de existência.



Tornar-se negro — Neusa Santos Souza

Publicado originalmente em 1983, o livro discute os efeitos psíquicos do racismo na identidade de pessoas negras. A partir da própria experiência de ser negra em uma sociedade de hegemonia branca, a autora conta histórias de vida de dez personagens que se autodefinem e falam sobre estratégias para ascensão que apagam suas identidades, sua cultura e seus corpos.

MATERIAIS DE APOIO

O MEC e outras instituições da sociedade civil já produziram documentos e orientações para educadores implementarem práticas antirracistas. Confira uma seleção de materiais úteis para o cotidiano escolar:



A cor da cultura — modos de brincar — caderno de saberes, fazeres e atividades [↗](#)

Compilação de um amplo material de apoio a respeito de temas como oralidade, circularidade, religiosidade, memória, ludicidade e estratégias de aprofundamento sobre a educação para as relações étnico-raciais. Voltado para a educação infantil, a publicação traz reflexões que vão ao encontro das especificidades dessa etapa da educação. Ao final do conteúdo, há também uma série de sugestões de atividades a serem realizadas com as crianças.



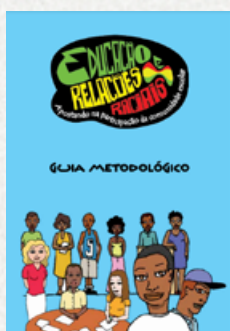
Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana [↗](#)

Material desenvolvido pelo Ministério da Educação e pela extinta Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Secadi), que serve como apoio à implementação da Lei nº 10.639.



Educação linguística antirracista [↗](#)

Professor de línguas da Universidade Federal da Bahia e consultor de linguagem, Mauricio Souza Neto leva às redes sociais o projeto “Educação Linguística Antirracista”. Duas vezes por semana, ele posta vídeos didáticos sobre a questão do racismo na linguagem cotidiana.



Guia metodológico — Ação Educativa [↗](#)

A Ação Educativa apresenta a Coleção Educação e Relações Raciais, focada na participação da comunidade escolar. O Guia Metodológico traz ferramentas para envolver diferentes integrantes da comunidade escolar nas discussões sobre racismo e outros tipos de discriminação.



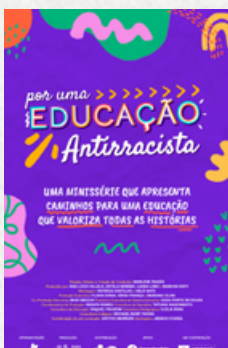
História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil — Unesco/MEC [↗](#)

Documento produzido pelo Ministério da Educação, em parceria com a Representação da Unesco no Brasil e a Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), com conteúdos que auxiliam a relacionar as histórias africana e afro-brasileira nos currículos escolares. São apresentados dois projetos que abordam oralidade, musicalidade, sociabilidade, entre outros elementos presentes na primeira infância.



Indicadores da qualidade na educação — relações raciais na escola [↗](#)

Além de esmiuçar elementos das práticas pedagógicas à luz de uma construção voltada para o combate ao racismo, esse material traz apontamentos que auxiliam a escola a fazer uma autoavaliação sobre seus métodos e mecanismos de implementação da temática antirracista.



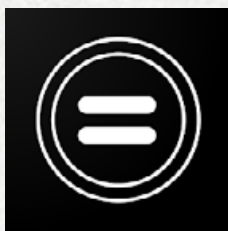
Por uma educação antirracista [↗](#)

Série com cinco episódios, idealizada pelo Instituto Alana e produzida pela Maria Farinha Filmes, convida negros, indígenas, orientais e brancos de todas as idades a se engajarem e modificarem suas práticas educacionais para uma perspectiva antirracista. Em cada episódio a série mostra uma família, um especialista e um educador, que apresentam histórias lúdicas e atividades pedagógicas antirracistas que podem ser realizadas nas escolas e em casa.



Rede Antirracista [↗](#)

Rede Antirracista, também desenvolvida pela Ação Educativa, faz um registro geográfico de ações e iniciativas de valorização da culturas africana e afro-brasileira por São Paulo. É uma ferramenta importante para conhecer geograficamente os espaços nos quais há projetos acontecendo.



Teclado Antipreconceito [↗](#)

Aplicativo criado para o sistema Android pela Globo Condé Nast, o Teclado Anti Preconceito identifica mais de 300 palavras e expressões de cunho racista, homofóbico, xenófobo e sexista, sugerindo sinônimos mais apropriados em tempo real durante a digitação: “mercado negro” por “mercado ilegal”, “criado-mudo” por “mesa de cabeceira”, entre outros exemplos.

PLANOS DE AULA

Quer preparar uma aula antirracista? Seleccionamos planos já testados por outros educadores para trabalhar questões étnico-raciais em sala de aula. Confira:

A arte literária e processos de identidade étnico-racial dos afro-brasileiros - Portal Geledés [↗](#)

Voltado para a educação infantil, esse plano de aula tem como objetivos apresentar uma nova leitura da África e seu lugar na história, além de promover um vínculo desse conhecimento com a vida cotidiana das crianças e um resgate da identidade étnico-racial, cultural e social delas.

Brincadeiras de origem africana — Nova Escola [↗](#)

Esse plano desenhado para o 4º ano do ensino fundamental utiliza brincadeiras que têm origem africana para contextualizar como esses jogos podem ser importantes para formar a cultura local.

Discurso de ódio e racismo nas redes sociais — Nova Escola

Trabalhando conteúdos da disciplina de história, esse plano de aula para o 9º ano do ensino fundamental tem como objetivo discutir, e gerar reflexão na turma, sobre as causas da violência sofrida por grupos sociais historicamente marginalizados.

Diversidade cultural: uma proposta de disseminação da cultura afro no contexto escolar — Projeto Escola e Universidade

Esse plano tem por objetivo a valorização da diversidade cultural africana e afro-brasileira por meio de ações transversais que dialogam com as disciplinas de educação física e história. A valorização é apresentada por meio de danças de origem afro, reflexão e contextualização histórica de onde surgiram, a fim de reforçar a importância cultural que a dança exerce.

Estereótipos de gênero, raça/etnia e mídia — ONU Mulheres

Os estereótipos observados nos meios de comunicação são o ponto de partida desse plano de aula voltado ao ensino médio para discutir masculinidades, feminilidades e ampliação de repertório sobre gênero, além de nutrir uma reflexão crítica sobre a representação de gênero na cobertura jornalística. Há também um tópico para discutir especificamente de que forma a mídia reproduz o racismo. É possível realizar o plano na modalidade online.

PROJETOS PROTAGONIZADOS POR ESTUDANTES

Crianças e jovens também criam e lideram projetos para enfrentar o racismo em suas escolas e comunidades. Conheça alguns exemplos:

+ Amor/- Guerra [↗](#)

O projeto, encabeçado por estudantes de São Bernardo do Campo (SP), teve foco em contação de histórias em diferentes Centros de Educação Infantil (CEIs) da capital paulista, e na confecção de bonecas negras Abayomi, a fim de debater sobre discriminação, combate à violência e racismo e a importância da empatia.

Afroativos: solte o cabelo, prenda o preconceito [↗](#)

Protagonizado por estudantes de Porto Alegre (RS), o trabalho é fruto de uma percepção deles próprios sobre como o preconceito e o racismo atingem a autoestima de crianças negras, principalmente quando o assunto é o cabelo. Eles promovem palestras, oficinas e formações voltadas à educação antirracista. O trabalho é coordenado pela professora **Larisse Silva de Moraes**.

Consciência, cor e arte [↗](#)

Projeto desenvolvido por alunos do 5º ano do ensino fundamental e do 2º ano do ensino médio da Escola Municipal Milton Pessoa/Associações Quilombolas do Livramento e Águas Claras, em Triunfo (PE). Foi aplicado um questionário aos estudantes quilombolas para verificar como eles se

autodeclaravam em relação à cor, seu conhecimento sobre a comunidade onde viviam e a relação que tinham com a própria aparência. O projeto partiu dos resultados para a criação de ações de valorização da cultura e da história quilombolas. Além de rodas de conversas, os estudantes também produziram dois curtas-metragens sobre a temática e exibiram o material nas festas de Consciência Negra de ambas as comunidades.

Juventude negra: movendo estruturas ↗

O projeto foi criado por estudantes do ensino médio da Escola Municipal Dona Antônia Lindalva de Moraes, em Milagres (CE), e tem como principais objetivos discutir a violência sofrida pela população negra e valorizar a cultura afro-brasileira. São realizados seminários e oficinas sobre direitos humanos e reconhecimento da importância da defesa da população negra. Recebeu menção honrosa na quinta edição do Desafio Criativos na Escola.

Potere: o lugar da mulher negra no Colégio Pedro II ↗

O projeto desses estudantes consiste no registro do cotidiano de mulheres negras que estão na escola e é fruto de uma série de discussões realizadas em classe sobre racismo estrutural e desigualdades de gênero.

Solta esse black ↗

Como forma de empoderamento e de combate ao racismo e ao machismo, um coletivo de meninas no Rio de Janeiro realiza oficinas de turbante e trocam dicas sobre como cuidar do cabelo crespo, enquanto promovem debates sobre os impactos do preconceito racial.

PRÁTICAS INSPIRADORAS

Casos de práticas já experimentadas e implementadas por educadores servem de inspiração para novas experiências. Conheça alguns casos sistematizados de projetos bem-sucedidos de educação para as relações étnico-raciais:

Escola Pluricultural Odé Kayodê

Nascida com o intuito de incluir e valorizar as culturas africana e indígena, a escola já carrega esse objetivo no nome. De origem iorubá, “Odé” significa caçador — não de animais —, e “Kayodê” representa alegria. Os espaços da escola, localizada em Goiás, também trazem consigo linguagens e símbolos de representação cultural.

Fortalecendo a representação local

Com o projeto “Uhuru: Procura-se Representação”, a professora Carla Santos Pinheiro, de Salvador (BA), elaborou uma série de atividades para alunos da educação infantil que reforçam a relação entre escola, comunidade e família, tudo isso por meio de ações de engajamento em questões étnico-raciais e cultura afro-brasileira. A ideia foi fortalecer a identidade racial das crianças e dos demais participantes.

Professora no Maranhão trabalha identidade racial por meio do ensino do inglês

Usando as aulas de inglês, a professora Marcélia Leal reforça o repertório cultural dos estudantes usando músicas e textos, passando por nomes como Martin Luther King Jr.,

Nelson Mandela e o Movimento Black Lives Matter. Ela também trabalhou junto com a turma na produção de um dicionário temático, com frases que remetessem ao combate ao racismo.

Rede Carioca de Etnoeducadoras Negras [↗](#)

Trata-se de um fórum permanente composto por cerca de 120 educadoras, muitas das quais oriundas dos movimentos negros, que se reúnem a fim de potencializar metodologias e práticas pedagógicas por meio de oficinas, rodas de conversa e outras atividades que expõem a necessidade de descolonizar o currículo.

Referência na prática antirracista [↗](#)

Referência no combate ao racismo e na promoção da diversidade, a EMEI Nelson Mandela, localizada em São Paulo, reestruturou-se completamente para ser espaço de discussão e combate ao racismo, valorizando a cultura e a identidade africana e afro-brasileira. A escola foi pioneira na introdução do ensino de história e cultura afro no currículo, em 2001, antes da Lei nº 10.639.

Samba de raiz para discutir racismo [↗](#)

A professora Suzane dos Santos Napolitano, do Rio de Janeiro, usou temáticas contidas no samba de raiz para orientar estudantes do magistério na identificação do racismo e em como desenvolver práticas pedagógicas na vida profissional futura.

Três dimensões podem ser observadas para avaliar um material em relação ao seu potencial para apoiar uma educação para as relações étnico-raciais: **representativa-**

de, tema e linguagem. Esses aspectos se complementam e podem estar presentes em diferentes níveis. Usando o checklist abaixo, assinale quais itens você identifica no material. Quanto mais itens estiverem presentes, maiores as chances de o recurso pedagógico contribuir para uma educação antirracista.

CHECKLIST DE AVALIAÇÃO PARA RECURSOS PEDAGÓGICOS

Representatividade

As pessoas e a maneira como elas estão representadas é muito importante para entender se o material é diverso. O material:

- Tem pessoas negras ou indígenas representadas
- Tem autores africanos, afro-brasileiros ou indígenas
- Apresenta pessoas negras como protagonistas
- Mostra diferentes experiências históricas de pessoas africanas, afro-brasileiras ou indígenas
- Apresenta uma perspectiva positiva sobre ser negro
- Possui uma representação plural da população brasileira

Tema

O que é abordado pelo recurso pedagógico determina seus objetivos e se ele pode ser usado para discutir questões raciais. O material:

- Aborda cultura e/ou história africana e afro-brasileira
- Propõe debates e reflexões sobre relações étnico-raciais
- Apresenta conhecimentos e saberes de diferentes origens
- Está conectado com o contexto da escola

Linguagem

A linguagem usada pelo recurso é um aspecto importante para promover valores plurais e respeitosos. O material:

- Utiliza elementos da estética africana ou afro-brasileira
- Possui uma representação visual respeitosa das figuras negras
- Utiliza e valoriza a oralidade das culturas africana e afro-brasileira
- Apresenta e estimula a corporeidade como ferramenta de aprendizagem
- Explora diferentes manifestações artísticas africanas, afro-brasileiras e indígenas
- Utiliza e valoriza as diferentes formas de expressão dos estudantes



Iniciativa e realização



COMPARTILHE ESSE MATERIAL
DE APOIO COM SEUS COLEGAS,
EDUCADORES E EDUCADORAS!

<https://bit.ly/compartilharmaterial>

**no
chão
da escola**
educação antirracista

ASSISTA AOS DESTAQUES
DA JORNADA FORMATIVA:

<https://bit.ly/destaquencde3>